



Governo do Estado
Espírito Santo
Coordenação Estadual
de Ciência e Tecnologia
COECT



ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS

ELEMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA EMANCIPAÇÃO
DO DISTRITO DE ARACÊ



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – COECT
INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO
JONES DOS SANTOS NEVES – IPES

**ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO
MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS**
**ELEMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA EMANCIPAÇÃO
DO DISTRITO DE ARACÊ**

Vitória, 2004

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Paulo César Hartung Gomes

COORDENAÇÃO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Fernando Luiz Herkenhoff Vieira

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO
JONES DOS SANTOS NEVES
Maria José Schuwartz Ferreira

DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
Antonio Luiz Caus

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Andréa Figueiredo Nascimento

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Terezinha Guimarães Andrade

EQUIPE TÉCNICA
Andréa Pittol Ferreira (Banco de Dados)
Antonio Luiz Caus
Carmen Júlia Barcellos Noé
Fernando Cezar de Macedo Mota
Maria da Penha Cossetti
Regina Schiavine da Silva
Terezinha Guimarães Andrade

CENTRAL GRÁFICA
Ana Cláudia S. Fraga
Sandra Marta G. Bortolon

COLABORAÇÃO
SECRETARIA DA CASA CIVIL
Projeto Geobases
Leandro R. Feitoza – Coordenação
Hideko N. Feitoza (Prefeitura Municipal de Vitória)
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS

COORDENAÇÃO DE PRODUTOS E RELAÇÕES COM O MERCADO (Edição)
Ivete Lúcia Orlandi

Djalma Vazzoller
Lastênio João Scopel
Marcelo Bonella
Maria de Fátima Pessotti de Oliveira
Sandra S. Marques Campeão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	6
3. DINÂMICA POPULACIONAL.....	7
3.1 Migração.....	9
3.2 Estrutura etária	12
4. CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA.....	16
5. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	24
5.1 Aspectos jurídicos.....	25
5.2 Dimensão do processo de ocupação do solo.....	25
5.3 Aspectos urbanístico-ambientais	28
6. INFRA-ESTRUTURA URBANA E DE ACESSO	30
6.1 Infra-estrutura urbana	30
6.2 Infra-estrutura de acesso	33
6.2.1 Acessibilidade ao distrito de Aracê	35
7. CENÁRIO TENDENCIAL.....	40
8. VIABILIDADE DE EMANCIPAÇÃO DO DISTRITO DE ARACÊ	42
8.1 Condição financeira dos municípios capixabas.....	44
8.2 Adequação aos critérios definidos na Lei Complementar nº-146/99	51
8.2.1 Critério: População	53
8.2.2 Critério: eleitorado.....	53
8.2.3 Critério: centro urbano	53
8.2.4 Critério: valor da receita municipal	54
8.2.5 Critério: infra-estrutura de instalação do município	55
8.2.6 Critério: continuidade territorial	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de crescimento da população residente segundo situação do domicílio - 1991/2000/2003.....	7
Tabela 2 - População residente segundo situação do domicílio - 1991/2000/2003.....	7
Tabela 3 - Taxa de crescimento da população residente dos municípios limítrofes ao distrito de Aracê - 1991/ 2000	8
Tabela 4 - População não natural, segundo a microrregião de planejamento e município, a origem total de imigrantes e população total - 1991 / 2000	9
Tabela 5 - População não natural, segundo a microrregião de planejamento e município e por tempo de moradia no município - 2000.....	10
Tabela 6 - População não natural, segundo a microrregião de planejamento – 1995-2000	11
Tabela 7 - Razão de dependência total (RDT), razão de dependência de jovens (RDJ) e razão de dependência de idosos (RDI) segundo localidade – 1991/2000	13
Tabela 8 - Estrutura etária da população residente em números absolutos- 2000.....	14
Tabela 9 - População residente segundo faixa etária – 1991/2000.....	14
Tabela 10 - Distribuição do emprego, segundo atividades, no Espírito Santo, microrregião Sudoeste Serrana e municípios selecionados - 2000	16
Tabela 11 - Produtos agrícolas* originados da Ceasa de Cariacica – Nov. 2001- Nov. 2003**	18
Tabela 12 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários no ES, microrregião Sudoeste Serrana e Domingos Martins - 1996	19
Tabela 13 - Utilização das terras no ES e municípios selecionados – 1996	20
Tabela 14 - Distribuição das empresas segundo ramo de atividades e por distritos no município de Domingos Martins - 2003.....	21

Tabela 15 - Distribuição espacial da arrecadação de ICMS segundo distritos no município de Domingos Martins - 2002.....	22
Tabela 16 - Distribuição espacial segundo grupos de atividades do VAF no município de Domingos Martins - 2002.....	22
Tabela 17 - Condomínios registrados pela Prefeitura de Domingos Martins no distrito de Aracê	26
Tabela 18 - Condomínios previstos em tramitação no IDAF no município de Domingos Martins	26
Tabela 19 - Loteamentos no distrito-sede e Isabel	27
Tabela 20 - Saneamento básico segundo município e distritos em Domingos Martins – 2000	30
Tabela 21 - Distribuição dos investimentos municipais em saneamento básico segundo distritos no município de Domingos Martins – 2000-2002.....	30
Tabela 22 - Detalhamento dos investimentos municipais em saneamento básico por distritos no município de Domingos Martins – 2000-2002.....	31
Tabela 23 - Distância aproximada do distrito de Aracê em relação aos núcleos urbanos vizinhos	37
Tabela 24 - Distância aproximada do distrito de Aracê em relação à infra-estrutura de transportes do estado do Espírito Santo	38
Tabela 25 - Criação e data de instalação de municípios no estado do Espírito Santo a partir de 1988	43
Tabela 26 - FPM per capita segundo faixas de população dos municípios do estado do Espírito Santo - 2001	44
Tabela 27 - Ranking da dependência das transferências do FPM, segundo municípios do estado do Espírito Santo - 2001	45
Tabela 27 - Ranking da dependência das transferências do FPM, segundo municípios do estado do Espírito Santo - 2001	46
Tabela 28 - Ranking da dependência das principais transferências (FPM, ICMS), segundo municípios do estado do Espírito Santo - 2001.....	47
Tabela 29 - Ranking da participação da receita própria na receita corrente, segundo municípios do estado do Espírito Santo - 2001	49
Tabela 30 - Número de domicílios segundo espécie e situação no distrito de Aracê - 1991/2000	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pirâmides etárias - 1991	12
Figura 2 - Pirâmides etárias – 2000	13
Figura 3 - Área plantada na microrregião Sudoeste Serrana – 2002	18

ANEXO 1 – MAPAS

Mapa 1 – Domingos Martins com Municípios Adjacentes/Distrito de Aracê com Distritos Limítrofes
Mapa 2 – Uso Atual do Solo de Domingos Martins
Mapa 3 – Distrito de Aracê: Uso Atual
Mapa 4 – Distrito de Aracê: Bacias, Sub-bacias e Cursos D'Água
Mapa 5 – Rotas/Equipamentos Turísticos no Distrito de Aracê
Mapa 6 – Sistema Viário Básico
Mapa 7 – Distrito de Aracê: Comunidades e Sistema Viário

A 1ª Conferência Estadual das Cidades, realizada em outubro de 2003, representou a retomada do debate em torno do planejamento territorial como instrumento básico para a gestão urbana dos municípios capixabas.

O documento referencial desse evento — *O Espírito Santo de Cidades Sustentáveis* —, elaborado pelo Governo estadual sob a coordenação do Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (Ipes), e que serviu de base para as discussões dos diversos atores, alertava para a necessidade de ações conjuntas entre estado e municípios no ordenamento da rede urbana estadual, a partir de um planejamento territorial que aumentasse a eficiência do gasto público, do investimento e das atividades econômicas, promovendo a descentralização do desenvolvimento e respeitando as tradições socioculturais de cada município.

Como proposta de atuação governamental, o documento previa a articulação das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) na construção de diretrizes para políticas integradas de desenvolvimento regional e urbano, buscando com a produção de informações municipais contribuir para sua implementação.

Foi seguindo as recomendações daquela conferência que o Ipes elaborou o presente documento. Este procura avaliar a dinâmica do município de Domingos Martins, enfatizando o comportamento do distrito de Aracê, por ser este um território que vem sofrendo um processo acelerado de transformação, com impactos substanciais que afetam a sustentabilidade da região.

Como parte da retomada de ações planejadas e pautadas em informações estratégicas, procura-se avaliar, também, a viabilidade da emancipação do distrito de Aracê. A existência de um movimento emancipatório desse distrito reproduz uma tendência verificada no país, a partir de 1988, de movimentos de descentralização, com a criação de novos municípios no país.

No entanto, a criação desses municípios não foi precedida de estudos de viabilidade técnica que avaliassem os impactos deste processo emancipatório. Reforçando a necessidade de estabelecer critérios técnicos, a Lei estadual nº 146, de 5 de maio de 1999, determinou os requisitos para criação, fusão e desmembramento de municípios, que serão avaliados neste trabalho.

2.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O município de Domingos Martins, criado em 11 de novembro de 1890, situa-se a 46 km de Vitória, possuindo uma área territorial de 1.237 km², equivalente a 2,6% do território estadual. Constituído por cinco distritos (Domingos Martins, Aracê, Isabel*, Melgaço e Paraju) e dois povoados (Rapadura e Soído), possui uma população de 30.559 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2000, e estimativa de 31.940 para 2003.

O distrito de Paraju é o mais populoso, com 8.443 habitantes, seguido do distrito-sede (Domingos Martins), com 7.910 habitantes, e do distrito de Aracê, com 7.221 habitantes, segundo registros do Censo de 2000.

O distrito de Domingos Martins detém percentual de população urbana estreitamente igual à população rural. Já nos demais distritos a população é predominantemente rural.

Localizado na microrregião de planejamento Sudoeste Serrana¹, Domingos Martins limita-se, ao norte, com os municípios de Afonso Cláudio, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina; ao sul, com os de Vargem Alta, Alfredo Chaves e Marechal Floriano; a leste, com os de Cariacica e Viana; e a oeste, com o município de Venda Nova do Imigrante (mapa 1).

Com atividade econômica centrada na agricultura e no turismo, sua vocação turística está vinculada ao ecoturismo, ao agroturismo e ao turismo rural. Os aspectos tradicionais da colonização alemã e da italiana e os atrativos naturais contribuem para que Domingos Martins seja o município com maior atratividade turística da região. Destaca-se por apresentar a maior oferta de serviços neste segmento, contando tanto com simples pousadas como com hotéis de melhor categoria, especialmente concentrados na região de Pedra Azul.

Com esta infra-estrutura, a cidade recebe freqüentemente um fluxo elevado de turistas, mais concentradamente no inverno, feriados e finais de semana. Fora de estação de alta temporada o movimento é menor, embora se mantenha estimulado por eventos diversos, como encontros profissionais, congressos, seminários e outros, uma vez que alguns dos hotéis oferecem centros de convenções e acomodações requeridas para a realização de eventos em geral.

O município possui uma unidade de conservação ecológica, o Parque Estadual de Pedra Azul, criado em 3 de janeiro de 1991 e administrado pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (Idaf), ocupando uma área de 1.240 ha, localizado no distrito de Aracê.

¹ A microrregião Sudoeste Serrana, estabelecida pela Lei Complementar nº 5120/95, é composta por Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante.

*Conforme denominação microdados do IBGE.

3.

DINÂMICA POPULACIONAL

Com uma população de 30.559 habitantes registrada em 2000 e de 31.940 habitantes estimada para 2003, o município de Domingos Martins apresentou crescimento demográfico de 1,78% a.a. durante a década de 90, caracterizando-se dentro do padrão médio de crescimento demográfico do Espírito Santo, que foi de 1,96% a.a. no mesmo período.

Com crescimento populacional na média do estado, o município não se caracteriza nem como de expulsão nem como de atração de população, mantendo sua participação relativa na população do estado em torno de 1%.

A população urbana também cresce ao mesmo ritmo da média verificada para o conjunto do estado, e a taxa de crescimento de sua população rural, de 1.55% a.a., também não indica movimentos significativos de êxodo rural, nesse caso num movimento contrário ao verificado para o estado, que foi de êxodo rural durante a década de 90, com decréscimo da população rural (tabelas 1 e 2).

Tabela 1 - Taxa de crescimento da população residente segundo situação do domicílio - 1991/2000/2003

Localidades	Taxa de crescimento			
	1991/2000			2000/2003
	Urbana	Rural	Total	Total
	Em %			
Aracê	7,43	0,50	0,93	0,93
Domingos Martins	2,82	1,55	1,78	1,48
Sudoeste Serrana	4,37	0,23	1,52	1,29
Espírito Santo	2,78	-0,71	1,96	1,62

Banco de Dados IPES

Fonte dos dados: IBGE. Censo 1991 e Censo 2000

*Para o ano de 2003, população total do município, microrregião e estado publicada pelo IBGE. População total de Aracê estimada pela projeção da taxa de crescimento de 1991 a 2000. População urbana e rural estimada pela relação do ano de 2000.

Tabela 2 - População residente segundo situação do domicílio - 1991/2000/2003

Localidades	1991			2000			População estimada 2003		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Aracê	317	6.328	6.645	604	6.617	7.221	621	6.803	7.424
Domingos Martins	4.530	21.545	26.075	5.820	24.739	30.559	6.083	25.857	31.940
Sudoeste Serrana	30.239	78.564	108.803	44.439	80.236	124.675	46.182	83.382	129.564

Continua

Tabela 2 - População residente segundo situação do domicílio - 1991/2000/2003

Conclusão

Localidades	1991			2000			População estimada 2003		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Espírito Santo	1.924.588	676.030	2.600.618	2.463.049	634.183	3.097.232	2.584.711	665.508	3.250.219

Banco de Dados IPES

Fonte dos dados: IBGE. Censo 1991 e Censo 2000

*Para o ano de 2003, população total do município, microrregião e estado publicada pelo IBGE. População total de Aracê estimada pela projeção da taxa de crescimento de 1991 a 2000. População urbana e rural estimada pela relação do ano de 2000.

A microrregião Sudoeste Serrana, na qual está inserido o município, ao contrário, apresenta tendência de significativas transformações demográficas. Sua população total cresce abaixo da média do estado, o que indica que no conjunto desses municípios o movimento é de expulsão de população. Internamente à região o que se verifica é um alto crescimento da população urbana, 4,37% a.a., muito acima da média do estado, de 2,78% a.a., e um movimento de expulsão da população rural, que cresce a taxas muito pequenas, 0,23% a.a., bem abaixo do crescimento vegetativo, conforme se verifica na tabela 1.

Isso indica a existência de núcleos urbanos com grande dinamismo e movimentos de expulsão de população rural nos municípios da microrregião e de alguns municípios limítrofes ao distrito de Aracê, principalmente Venda Nova do Imigrante e Vargem Alta, que se caracterizam como de atração de população, crescendo acima de 3% a.a., com taxas de crescimento urbano muito elevadas (tabela 3). Por outro lado, outros municípios apresentam decréscimo absoluto de população, caracterizando-se como uma região de instabilidade quanto aos movimentos populacionais, e muito provavelmente com fluxo interno a si mesma, ou seja, mudança da área rural para a área urbana e de um município para outro da mesma região.

Tabela 3 - Taxa de crescimento da população residente dos municípios limítrofes ao distrito de Aracê - 1991/ 2000

Em %

Localidades	Taxa de crescimento			
	1991/2000			2000/2003
	Urbana	Rural	Total	Total
Domingos Martins	2,82	1,55	1,78	1,48
Afonso Cláudio	1,75	-4,79	-2,37	7,73
Alfredo Chaves	2,84	-0,39	0,82	-1,57
Vargem Alta	3,48	3,10	3,20	-8,23
Venda Nova do Imigrante	7,82	-1,25	3,33	-7,86
Espírito Santo	2,78	-0,71	1,96	1,62

Banco de Dados IPES

Fonte dos dados: IBGE. Censo 1991 e Censo 2000

O município de Domingos Martins, comparado com o conjunto da microrregião Sudoeste Serrana e com o estado, pode ser considerado como em condição de estabilidade demográfica, ou seja, não se caracteriza nem como de atração nem como de expulsão de população e também não apresenta movimento interno de grande significância de êxodo rural.

3.1 Migração

O padrão demográfico de relativa estabilidade, no entanto, não é estático, como podemos verificar pelos dados da tabela 4. Existe um fluxo significativo de entrada e de saída de migrantes, que provavelmente se compensam em saldo migratório reduzido, o que se traduz em condição de equilíbrio demográfico. Há entretanto aumento muito significativo da participação de não naturais no conjunto dos habitantes, durante a década de 90, tendência também verificada para o conjunto da microrregião Sudoeste Serrana.

Tabela 4 - População não natural, segundo a microrregião de planejamento e município, a origem, total de imigrantes e população total - 1991 / 2000

Em %

Microrregião de planejamento e município	Origem				Total de população não natural		População total	
	Municípios do Espírito Santo		Outros estados e países		1991	2000	1991	2000
	1991	2000	1991	2000				
Metropolitana	32,5	28,5	23,9	25,4	56,5	53,9	100,0	100,0
Pólo Linhares	24,5	21,6	14,7	14,5	39,2	36,1	100,0	100,0
Metrópole								
Expandida Sul	13,5	19,2	7,7	12,6	21,3	31,8	100,0	100,0
Central Serrana	15,8	21,2	6,5	8,0	22,4	29,2	100,0	100,0
Sudoeste Serrana	14,4	22,3	4,9	6,3	19,3	28,6	100,0	100,0
Domingos Martins	10,1	22,0	2,6	5,5	12,7	27,5	100,0	100,0
Marechal Floriano		34,0		7,5		41,5		100,0
Litoral Norte	22,1	21,9	23,1	23,3	45,2	45,2	100,0	100,0
Extremo Norte	14,6	15,2	38,8	31,8	53,3	47,0	100,0	100,0
Pólo Colatina	17,7	17,5	14,6	14,2	32,3	31,7	100,0	100,0
Noroeste I	11,8	14,6	25,1	21,7	37,0	36,3	100,0	100,0
Noroeste II	21,8	27,0	11,4	13,3	33,2	40,3	100,0	100,0
Pólo Cachoeiro	15,9	21,0	7,1	8,8	23,0	29,8	100,0	100,0
Caparaó	12,7	15,6	11,1	11,6	23,8	27,2	100,0	100,0
Espírito Santo	24,1	24,0	17,9	19,1	42,0	43,1	100,0	100,0

Banco de Dados IPES

Fonte dos dados: IBGE. Microdados Censo 2000

Nota: (¹) Os dados para 1991 incluem a parte desmembrada em 1993, para formar o município de Marechal Floriano. Essa população de 35.598 refere-se, portanto, aos atuais municípios de Domingos Martins e Marechal Floriano juntos.

Se, em 1991, 12,7% dos habitantes de Domingos Martins eram constituídos de imigrantes², em 2000 essa relação é de 27,5% da população residente,³ sendo que 22% nasceram em outros municípios do Espírito Santo e 5,5% em outros estados e países.

A análise dos dados das tabelas 4 e 5 no tempo permite algumas inferências acerca de fluxos migratórios no município.

Tabela 5 - População não natural, segundo a microrregião de planejamento e município e por tempo de moradia no município - 2000

Microrregião de planejamento e município	Tempo de moradia no município					Total de imigrantes
	0 a 5 anos	6 a 9 anos	10 anos	11 a 20 anos	Mais de 20 anos	
Metropolitana	229.129	105.670	45.360	216.487	179.314	775.959
Pólo Linhares	23.456	9.789	4.272	20.908	27.336	85.761
Metrópole Expandida Sul	16.054	6.452	2.153	7.652	5.232	37.543
Central Serrana	11.199	4.480	1.394	6.304	5.259	28.636
Sudoeste Serrana	14.085	5.067	2.194	7.364	6.904	35.613
Domingos Martins	3.491	1.219	521	1.795	1.375	8.401
Marechal Floriano	1.820	809	411	1.182	832	5.053
Litoral Norte	23.196	11.537	4.772	19.546	12.521	71.573
Extremo Norte	6.826	2.082	934	5.121	8.877	23.841
Pólo Colatina	14.775	5.786	2.196	12.017	21.508	56.282
Noroeste I	9.043	3.644	1.272	6.962	13.565	34.486
Noroeste II	13.453	5.083	1.830	10.777	14.988	46.130
Pólo Cachoeiro	28.032	13.117	5.306	22.720	29.669	98.844
Caparaó	16.124	4.925	1.933	9.243	9.362	41.588
Total do Espírito Santo	405.372	177.632	73.616	345.099	334.536	1.336.256

Banco de Dados IPES

Fonte dos dados: IBGE. Microdados Censo 2000

Das 8.401 pessoas não naturais, 4.710 mudaram-se para Domingos Martins durante a década de 90 (tabela 5). Verifica-se uma intensificação do fluxo de entrada de imigrantes nos últimos cinco anos, não só para Domingos Martins como para a microrregião Sudoeste Serrana. São em sua maioria absoluta provenientes de outros municípios do estado. O número de pessoas naturais de outros estados que se mudaram durante a última década é bem mais reduzido, cerca de 990, e são predominantemente provenientes do estado de Minas Gerais, seguidos pelos que procedem da Bahia e do Rio de Janeiro. Esse movimento de atração de imigrantes dos estados limítrofes segue a tendência geral do Espírito Santo. O que diferencia essa região é o relativamente intenso fluxo intrarregional de pessoas, ou seja, mudam-se de um município para outro dentro da mesma região. Isso é confirmado pelos dados da tabela 6, que mostra que, das pessoas que emigraram de Domingos

² Considera-se como imigrantes populações não natural do município.

³ Inclui o estoque acumulado no tempo, ou seja, todos os habitantes que não nasceram no município, independente de há quanto tempo nele residem.

Martins nos últimos 5 anos da década de 90 com destino ao próprio estado, 39% tiveram como destino municípios da própria microrregião Sudoeste Serrana, em número praticamente idêntico ao dos que se dirigiram à região Metropolitana.

Tabela 6 - População não natural, segundo a microrregião de planejamento – 1995-2000

Microrregião de planejamento	Acumulado até 2000		De 1995 a 2000		
	Outros estados e países	Municípios do ES	Outros estados e países	Todos os municípios do ES	Domingos Martins
Metropolitana	365.762	410.115	124.314	229.047	737
Pólo Linhares	34.424	51.337	10.830	23.456	44
Metrópole Expandida Sul	14.845	22.679	7.249	16.035	70
Central Serrana	7.824	20.812	3.246	11.199	203
Sudoeste Serrana	7.847	27.766	3.500	14.085	795
Litoral Norte	36.914	34.659	11.512	23.196	30
Extremo Norte	16.143	7.698	3.651	6.826	-
Pólo Colatina	25.170	31.112	6.596	14.775	-
Noroeste I	20.621	13.825	4.767	9.004	-
Noroeste II	15.240	30.874	4.363	13.437	62
Pólo Cachoeiro	29.084	69.760	9.908	28.032	71
Caparaó	17.739	23.848	6.971	16.124	48
Domingos Martins	1.689	6.712	778	3.491	-
Espírito Santo	591.614	744.487	-	405.217	2.062

Banco de Dados IPES

Fonte dos Dados: IBGE. Microdados Censo 2000.

Ao contrário do que ocorre no conjunto do município, o distrito de Aracê apresenta taxas de crescimento demográfico que apontam para mudanças de padrão: seu crescimento total, a 0,93% ao ano, abaixo da taxa média de crescimento vegetativo, indica expulsão de população do distrito e da área rural, que cresce apenas 0,5% a.a.. Por outro lado, sua população urbana, mesmo que muito pequena, praticamente duplicou na década: era de 315 habitantes em 1991 e cresceu para 604 habitantes em 2000. Continua um pequeno núcleo urbano, mas com tendência de crescimento elevado, que provavelmente provém da área rural do próprio distrito (tabelas 1 e 2).

3.2 Estrutura etária

A pirâmide etária, segundo observam os demógrafos, é uma ferramenta útil para a visualização das transformações por que passou uma população e tem grande importância para o planejamento, pois contribui para a percepção das implicações da dinâmica populacional sobre a estrutura da população ao longo do tempo.

As pirâmides ilustradas nas figuras 1 e 2 indicam, em linhas gerais, que a distribuição da população por faixa etária é similar para o estado do Espírito Santo, microrregião Sudoeste Serrana e município de Domingos Martins, além do distrito de Aracê. Observa-se em todas essas localidades uma tendência comum: processo de envelhecimento da população entre 1991 e 2000. Isso se verifica pelo achatamento da base das pirâmides etárias e o crescimento das faixas etárias intermediárias.

Em todos os espaços considerados, observa-se queda na participação da população entre 0 e 24 anos. Em 1991, 54,5% da população total encontrava-se nesta faixa etária no Espírito Santo, 55,5% na microrregião Sudoeste Serrana; 54,3% em Domingos Martins; e 56,5% no distrito de Aracê. Em 2000, esses números caem, observando-se uma tendência nacional: Espírito Santo – 49,2%; Sudoeste Serrana – 49,4%; Domingos Martins – 48,6%; e Aracê – 49%.

Figura 1 - Pirâmides etárias - 1991

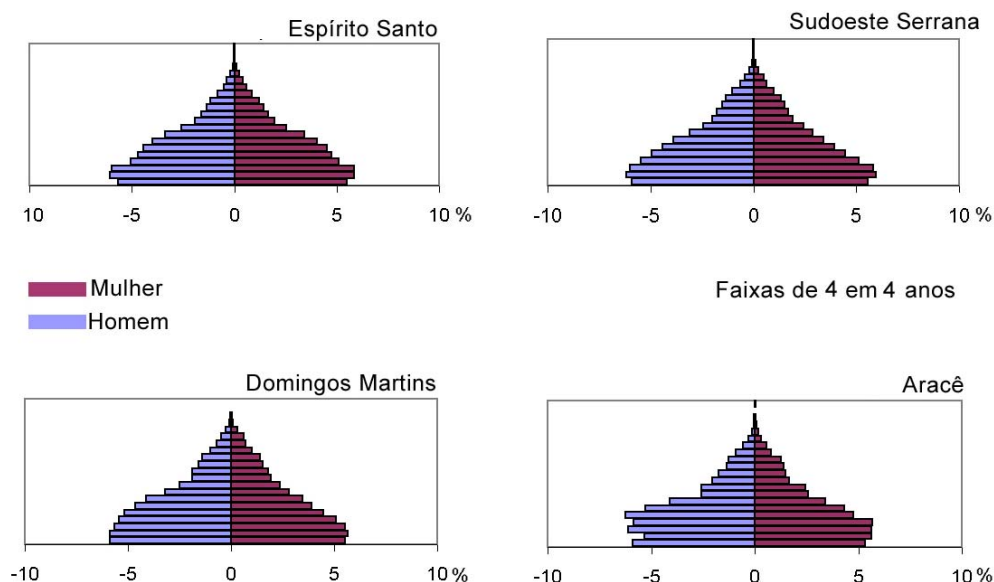
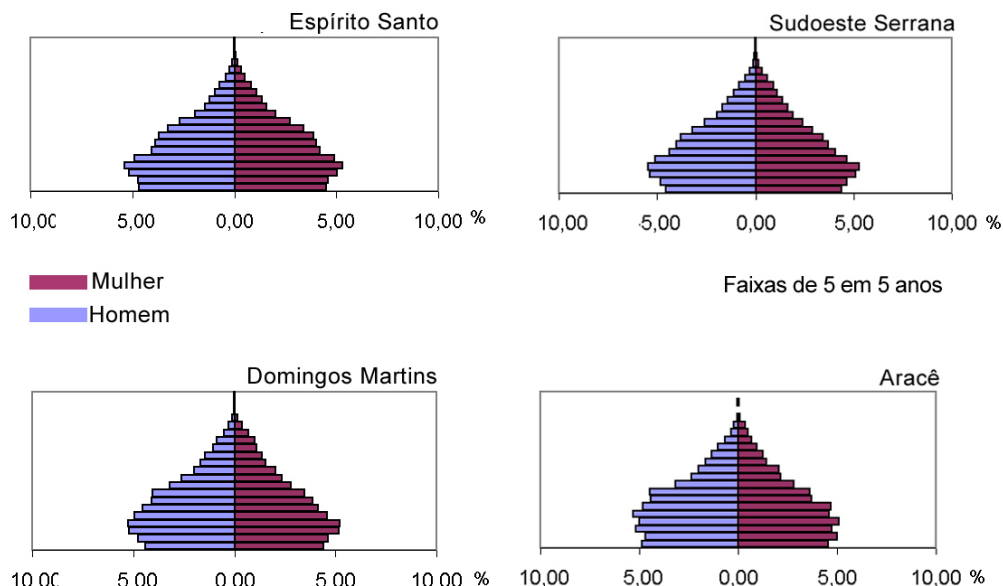


Figura 2 - Pirâmides etárias – 2000

Uma outra forma de observar esse envelhecimento é através da razão de dependência. Este indicador mede a relação entre o grupo etário “produtivo” (15 a 64 anos) e o grupo etário “improdutivo” (65 ou mais anos) de uma população.

A razão de dependência permite avaliar o envelhecimento da população e a participação de jovens e idosos nela, podendo ser desdobrada em razão de dependência da população jovem (população com menos de 15 anos sobre o total da população entre 15 e 64 anos) e razão de dependência da população idosa (população com mais de 65 anos sobre o total da população entre 15 e 64 anos). Esses indicadores apontam um envelhecimento da população, conforme tabelas 7, 8 e 9.

Tabela 7 - Razão de dependência total (RDT), razão de dependência de jovens (RDJ) e razão de dependência de idosos (RDI) segundo localidade – 1991/2000

Localidade	1991			2000		
	RDT	RDJ	RDI	RDT	RDJ	RDI
Espírito Santo	64,5	57,4	7,1	52,0	43,6	8,4
Sudoeste Serrana	67,8	59,5	8,3	53,9	44,4	9,5
Domingos Martins	65,2	56,4	8,8	53,6	43,9	9,7
Aracê	61,3	54,8	6,5	51,5	43,9	7,6

Fonte: Banco de Dados IPES

Fonte dos dados: IBGE. Censo 2000

Tabela 8 – Estrutura etária da população residente em números absolutos-2000

Faixa etária	Espírito Santo	Sudoeste Serrana	Domingos Martins	Aracê
Total	3.097.232	124.675	30.559	7.221
0 a 4 anos	284.436	11.148	2.694	679
5 a 9 anos	288.531	11.809	2.876	700
10 a 14 anos	316.002	13.027	3.167	715
15 a 19 anos	331.372	13.393	3.204	730
20 a 24 anos	303.545	12.169	2.915	716
25 a 29 anos	254.822	10.487	2.650	687
30 a 34 anos	244.859	9.625	2.430	586
35 a 39 anos	235.031	9.009	2.294	585
40 a 44 anos	206.351	7.612	1.830	431
45 a 49 anos	166.381	6.221	1.514	326
50 a 54 anos	122.545	4.857	1.219	295
55 a 59 anos	93.161	4.151	984	223
60 a 64 anos	79.001	3.480	852	187
65 a 69 anos	64.158	2.758	655	144
70 a 74 anos	47.702	2.226	585	95
75 a 79 anos	29.013	1.360	372	63
80 a 84 anos	16.756	801	203	44
85 a 89 anos	8.870	367	83	9
90 a 94 anos	3.225	129	23	1
95 a 99 anos	1.020	35	6	4
100 anos ou mais	451	11	3	1

Banco de Dados IPES

Fonte dos dados: IBGE. Censo 2000

Tabela 9 - População residente segundo faixa etária – 1991/2000

Em %

Faixa etária	Espírito Santo		Sudoeste Serrana		Domingos Martins		Aracê	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
0 a 4 anos	11,2	9,2	11,5	8,9	11,4	8,8	11,2	9,4
5 a 9 anos	11,9	9,3	12,1	9,5	11,6	9,4	11,0	9,7
10 a 14 anos	11,8	10,2	11,9	10,4	11,2	10,4	11,8	9,9
15 a 19 anos	10,2	10,7	10,6	10,7	10,5	10,5	11,5	10,1
20 a 24 anos	9,5	9,8	9,4	9,8	9,7	9,5	11,0	9,9
25 a 29 anos	9,0	8,2	8,3	8,4	8,5	8,7	9,6	9,5
30 a 34 anos	8,0	7,9	7,3	7,7	7,6	8,0	7,5	8,1

Continua

Tabela 9 - População residente segundo faixa etária – 1991/2000

Em %
Conclusão

Faixa etária	Espírito Santo		Sudoeste Serrana		Domingos Martins		Aracê	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
35 a 39 anos	6,8	7,6	6,0	7,2	6,0	7,5	5,2	8,1
40 a 44 anos	5,1	6,7	4,9	6,1	4,9	6,0	5,0	6,0
45 a 49 anos	3,9	5,4	3,9	5,0	3,8	5,0	3,7	4,5
50 a 54 anos	3,2	4,0	3,5	3,9	3,7	4,0	3,3	4,1
55 a 59 anos	2,8	3,0	3,0	3,3	3,1	3,2	2,7	3,1
60 a 64 anos	2,4	2,6	2,7	2,8	2,8	2,8	2,5	2,6
65 a 69 anos	1,7	2,1	2,0	2,2	2,0	2,1	1,7	2,0
70 a 74 anos	1,1	1,5	1,3	1,8	1,4	1,9	1,1	1,3
75 a 79 anos	0,8	0,9	0,9	1,1	1,1	1,2	0,6	0,9
80 a 84 anos	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,7	0,3	0,6
85 a 89 anos	0,2	0,3	0,2	0,3	0,2	0,3	0,1	0,1
90 a 94 anos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
95 a 99 anos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
100 anos e mais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100	100	100	100	100,0	100,0

Banco de Dados IPES

Fonte dos dados: IBGE. Censo 1991 e Censo 2000

4.

CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA

A agropecuária constitui a principal atividade geradora de empregos no município de Domingos Martins. Com predomínio de pequenas propriedades familiares, destacam-se as culturas do café (Paraju e Melgaço), da banana-da-terra (Biriricas, São Miguel e Cachoeira do Galo) e mais recentemente a citricultura (laranja, tangerina e limão). Também merecem destaques a avicultura (Paraju, Isabel e São Miguel), especialmente a produção de frango de corte, estimada em 12% do total estadual, e a olericultura, cuja produção se concentra, com maior intensidade, nas localidades de Pedra Azul e São Paulo do Aracê, com plantios sendo realizados em altitudes superiores a mil metros.⁴

A tabela 10 apresenta a distribuição do emprego nos municípios limítrofes ao distrito de Aracê e municípios circunvizinhos, por atividade econômica selecionada.

Tabela 10 – Distribuição do emprego, segundo atividades, no Espírito Santo, microrregião Sudoeste Serrana e municípios selecionados - 2000

Atividade (Classificação CNAE)	Afonso Cláudio	Alfredo Chaves	Domingos Martins	Vargem Alta	Venda Nova do Imigrante	Microrregião Sudoeste Serrana	Total do Espírito Santo
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	10.129	4.696	12.769	3.692	3.626	44.054	313.823
Pesca	25	0	0	8	0	29	6.992
Indústria extrativa	67	7	16	296	43	186	10.898
Indústria de transformação	440	239	708	1.129	565	2.356	140.560
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	47	18	34	31	0	129	5.861
Construção	594	205	398	297	524	2.107	92.749
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	1.282	524	811	608	1.321	4.825	213.042
Alojamento e alimentação	483	72	479	231	337	1.692	59.844
Transportes, armazéns e comunicação	258	222	334	140	252	1.339	60.669
Intermediação financeira	82	26	50	0	88	273	12.951
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	124	74	303	141	208	957	65.291

Continua

⁴ INCAPER (2003). *Plano Estratégico da Agricultura Capixaba*. Estudo temático olericultura/hortaliças, v. 6, 2003. [disponível em http://www.incaper.es.gov.br/pedagog/imagens/estudo_olericultura.doc. Capturado em 01/12/2003]

Tabela 10 – Distribuição do emprego, segundo atividades, no Espírito Santo, microrregião Sudoeste Serrana e municípios selecionados - 2000

							Conclusão
Atividade (classificação CNAE)	Afonso Cláudio	Alfredo Chaves	Domingos Martins	Vargem Alta	Venda Nova do Imigrante	Microrregião Sudoeste Serrana	Total do Espírito Santo
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	670	191	339	409	288	2.262	69.549
Educação	536	261	439	168	152	1.793	66.858
Saúde e Serviços Sociais	169	70	162	64	190	696	39.242
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	193	135	228	88	220	872	43.853
Serviços domésticos	1.160	390	818	377	505	3.427	97.846
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0	0	0	11
Atividades mal especificadas	59	68	65	9	0	239	9.248
Total	16.318	7.198	17.953	7.688	8.319	67.236	1.309.287

Banco de Dados IPES

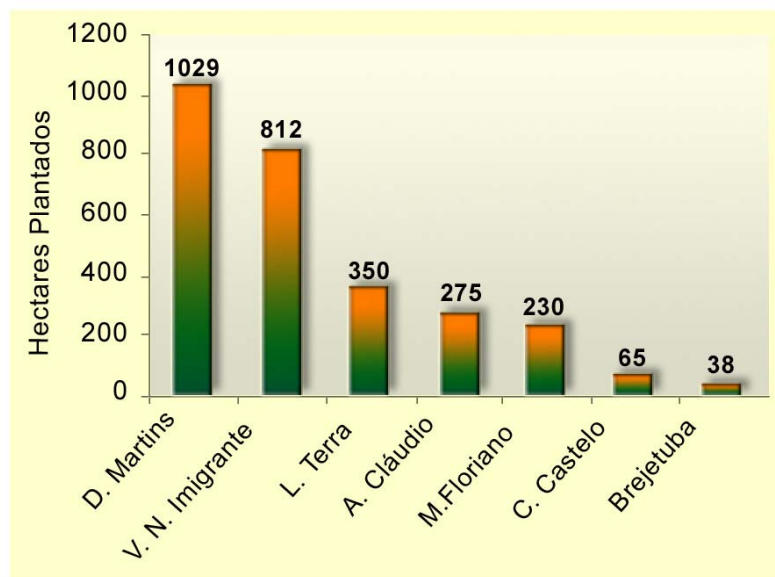
Fonte dos dados: IBGE. Microdados do Censo Demográfico 2000.

Observa-se o flagrante predomínio da população ocupada nas atividades primárias, representando 71% do total do emprego no município. Comparativamente com os municípios selecionados,⁵ Domingos Martins é o que apresenta maior percentual de população ocupada nessas atividades. A distribuição nos demais municípios da microrregião e no total do estado é: Afonso Cláudio – 62%; Alfredo Chaves – 65%; Vargem Alta – 48%; Venda Nova do Imigrante – 44%; microrregião Sudoeste Serrana – 66%; e Espírito Santo – 24%.

Dentro de sua microrregião, Domingos Martins é o município que apresenta maior área plantada (figura 3), o que lhe confere particular destaque no fornecimento de alimentos, especialmente para a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), conforme se observa pela tabela 11.

⁵A seleção desses municípios se baseou no fato de serem limítrofes ao distrito de Aracê, principal foco deste trabalho.

Figura 3 – Área plantada na microrregião Sudoeste Serrana – 2002



Fonte: Incaper (2003)

Tabela 11 – Produtos agrícolas* originados da Ceasa de Cariacica – Nov. 2001- Nov. 2003**

Localidade	Em relação ao total	Em relação ao ES
Afonso Cláudio	1,8	2,7
Alfredo Chaves	1,5	2,2
Domingos Martins	7,3	11,0
Santa Maria do Jetibá	12,5	18,8
Vargem Alta	0,3	0,4
Venda Nova do Imigrante	3,6	5,4
Demais municípios	39,6	59,4
Fornecimento dos municípios capixabas	66,65	100,0
Outros estados	33,32	-
Exterior	0,03	-
Total do estado	100,0	-

Fonte: Ceasa/ES. Elaboração IPES

*Exclui-se o fornecimentos de ovos.

**Exclusive meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2003, para os quais não foi possível organizar tabulação.

Os dados fornecidos pela Ceasa/ES devem ser analisados com cuidado, vistos os problemas de coleta de informações. No entanto, tomando-os como mais um dentre diversos indicativos, observa-se que 2/3 do abastecimento da Ceasa/ES, localizada em Cariacica, têm origem no próprio estado, enquanto as demais unidades federativas contribuem com 33,3% e o exterior com 0,03%. Domingos Martins é responsável por 7,3% desse fornecimento, sendo superado apenas por Santa Maria

do Jetibá, principal município de abastecimento, com 12,5% do total de entradas na Central de Abastecimento de Cariacica. Vale lembrar que estes produtos atendem principalmente a RMGV.

Se forem considerados apenas os produtos com origem no Espírito Santo, a participação de Domingos Martins é de 11%, abaixo apenas de Santa Maria de Jetibá, com 19%. Portanto, juntos, estes dois municípios respondem por quase 1/3 do abastecimento de produtos agrícolas capixabas na Ceasa de Cariacica.

A despeito de outras possibilidades de comercialização da produção, a Ceasa-ES constitui-se, conforme a Incaper (2003), no principal pólo de comercialização de olerícolas do estado. Segundo este documento, o comércio através de intermediários é significativo em todas as regiões produtoras, representando a segunda opção de venda dos pequenos produtores. Como o comércio através de intermediários ocorre indistintamente em todas as regiões, os dados anteriores, embora não reflitam a totalidade da comercialização, indicam a importância relativa de cada município no abastecimento da RMGV.

A produção agropecuária de Domingos Martins concentra-se em propriedades com até 20 ha, que totalizam aproximadamente 57% dos estabelecimentos no município e cerca de 20% da área, reproduzindo os padrões de sua microrregião.

Tabela 12 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários no ES, microrregião Sudoeste Serrana e Domingos Martins - 1996

Distribuição dos estabelecimentos agropecuários	Domingos Martins		Microrregião Sudoeste Serrana		Espírito Santo	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total	2.787	100,0	9.086	100,0	73.288	100,0
Menos de 1 ha	26	0,9	107	1,2	1.308	1,8
1 a menos de 2 ha	66	2,4	198	2,2	1.943	2,7
2 a menos de 5 ha	432	15,5	1.159	12,8	8.900	12,1
5 a menos de 10 ha	450	16,1	1.402	15,4	11.341	15,5
10 a menos de 20 ha	614	22,0	2.112	23,2	15.456	21,1
20 a menos de 50 ha	852	30,6	2.801	30,8	19.759	27,0
50 a menos de 100 ha	277	9,9	941	10,4	8.197	11,2
100 a menos de 200 ha	59	2,1	257	2,8	3.691	5,0
200 a menos de 500 ha	11	0,4	101	1,1	1.944	2,7
500 a menos de 1.000 ha	-	-	6	0,1	467	0,6
1.000 a menos de 2.000 ha	-	-	1	0,0	142	0,2
2.000 a menos de 5.000 ha	-	-	1	0,0	50	0,1
5.000 a menos de 10.000 ha	-	-	-	-	5	0,0
10.000 a menos de 100.000 ha	-	-	-	-	5	0,0
100.000 ha e mais	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	80	0

Banco de Dados IPES

Fonte dos dados: IBGE. Censo Agropecuário 1996

A distribuição da utilização das terras neste e em outros municípios selecionados encontra-se na tabela 13. Destacam-se as lavouras permanentes e temporárias, que juntas totalizam 40% do uso, número similar ao de Afonso Cláudio e superior ao dos demais municípios vizinhos: Alfredo Chaves (32%), Vargem Alta (31%), Venda Nova do Imigrante (35%), além da média estadual (38%), reforçando o papel da agropecuária do município e sua função de fornecedora de alimentos, como já destacado.

Tabela 13 – Utilização das terras no ES e municípios selecionados – 1996

Em %

Utilização das terras	Domingos Martins	Afonso Cláudio	Alfredo Chaves	Vargem Alta	Venda Nova do Imigrante	Espírito Santo
Lavouras permanentes	21,2	24,3	21,8	23,2	19,0	23,4
Lavouras temporárias	18,8	15,9	10,2	7,3	15,9	14,2
Lavouras temporárias em descanso	5,7	3,6	3,1	1,1	3,8	3,5
Pastagens naturais	11,3	15,1	13,6	11,1	5,2	11,4
Pastagens plantadas	0,9	2,7	3,6	3,1	3,8	8,8
Matas e florestas naturais	15,7	15,0	15,4	16,5	16,4	12,9
Matas e florestas artificiais	1,9	2,9	1,2	5,5	8,1	2,8
Terras produtivas não utilizadas	9,1	6,2	8,3	9,0	5,3	4,6
Terras inaproveitáveis	15,5	14,3	22,8	23,1	22,6	18,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Banco de Dados IPES

Fonte dos dados: IBGE. Censo Agropecuário 1996

A utilização da terra está demonstrada no mapa 2 - Uso Atual do Solo de Domingos Martins. Observa-se que a maior área de produção está localizada no distrito de Aracê, que concentra cerca de 72% das terras ocupadas com agricultura (área verde escura do mapa 3), o que lhe confere particular destaque na dinâmica socioeconômica do município. A ocupação irregular e desenfreada do solo rural por empreendimentos imobiliários neste distrito coloca em risco tanto a tradicional produção em pequenas propriedades familiares como o próprio fornecimento estadual de olerícolas para a RMGV. Não por acaso, este distrito apresentou, em contraposição à maioria dos municípios circunvizinhos, êxodo rural entre 1991 e 2000.

Deve-se considerar, também, que é na agricultura que se encontra maior parcela de pessoal ocupado. A modificação da ocupação da terra para pastagem e, posteriormente, loteamento, como vem ocorrendo no município, poderá levar a uma desestruturação do mercado de trabalho local, pois a substituição da lavoura por outras atividades reduzirá a demanda por mão-de-obra. O trabalho do Ipes — *Investimentos previstos para o Espírito Santo 2003-2008 (levantamento de dados de novembro/03)* — indica que, com base na previsão de investimentos no estado acima de R\$ 1 milhão, para se gerar um emprego na agroindústria são necessários investimentos na ordem de R\$ 48 mil, enquanto para as atividades de Comércio, Lazer e Serviços são necessários R\$ 69 mil e para a indústria, R\$ 894 mil.

A distribuição espacial, por ramo de atividades, das empresas cadastradas na Prefeitura Municipal de Domingos Martins (PMDM) encontra-se na tabela 14. Ressalta-se que constam apenas as empresas cujos cadastros apresentavam classificação da CNAE⁶ fiscal previamente definida pela prefeitura e tampouco entram as propriedades rurais.

Tabela 14 – Distribuição das empresas segundo ramo de atividades e por distritos no município de Domingos Martins - 2003

CNAE	Atividade	Aracê	Melgaço	Paraju	Isabel	Sede	Total
A	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	13	-	5	1	8	27
B	Pesca	-	-	-	-	-	0
C	Indústria extrativa	6	-	1	1	1	9
D	Indústria de transformação	16	1	11	5	34	67
E	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-	-	-	2	2	4
F	Construção	3	-	1	-	4	8
G	Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	62	21	84	16	209	392
H	Alojamento e alimentação	29	-	4	3	31	67
I	Transportes, armazéns e comunicação	14	-	3	-	18	35
J	Intermediação financeira	3	-	1	1	7	12
K	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	2	1	1	1	28	33
L	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	-	-	-	-	-	0
M	Educação	-	-	-	-	4	4
N	Saúde e Serviços Sociais	1	-	-	-	8	9
O	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	-	-	-	1	20	21
P	Serviços domésticos	-	-	4	-	-	4
Q	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	0
	Total	149	23	115	31	374	692

Fonte: Cadastro Econômico da PMDM
Elaboração IPES.

O distrito-sede detém 54% do total de empresas cadastradas, seguido por Aracê (22%), Paraju (17%), Isabel (5%) e Melgaço (3%). Praticamente 57% das empresas do município encontram-se em atividades de comércio (classificação G da CNAE), número que é significativamente maior para os distritos de Melgaço (91%) e Paraju (73%). Aracê apresenta a menor concentração de empresas neste grupo de atividades, com apenas 42%, ao passo que a sede (56%) e Isabel (52%) aproximam-se da média do município.

⁶ Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE

Em relação a Aracê, a menor concentração relativa de empresas no comércio deve-se ao peso do segmento Alimentação e alojamento (classificação H da CNAE), que representa quase 20% das empresas cadastradas no distrito, muito acima das médias verificadas em Paraju (4%), Isabel (10%) e na sede (8%). Das 67 unidades neste ramo 29, ou 43%, encontram-se em Aracê e 31, ou 46%, na sede. Esta distribuição confirma Aracê como principal área de turismo do município.

A distribuição das empresas parece um fator determinante na arrecadação de ICMS no município. Reproduzindo a hierarquia territorial observada na localização das empresas, a sede concentra 80,7% do que é arrecadado, seguida por Aracê (11%), Paraju (7%), Isabel (1%) e Melgaço (1%).

Tabela 15 – Distribuição espacial da arrecadação de ICMS segundo distritos no município de Domingos Martins - 2002

Distritos	Total	%
Aracê	181.617,62	10,7
Melgaço	13.085,70	0,8
Paraju	110.704,33	6,5
Isabel	21.928,94	1,3
Sede	1.364.442,48	80,7
Total	1.691.779,07	100,0

Fonte: Sefaz/Subser/Geari/Sudefi/Seig/Siga

Nota Técnica:

a) Valores correntes em R\$ 1,00

b) Conforme mês de pagamento;

c) Excluídas multas, juros e correção.

A distribuição do Valor Adicionado Fiscal (VAF) no município encontra-se na tabela 16. Cabe destacar, mais uma vez, a importância de Aracê no segmento alojamento e alimentação. Este distrito é responsável pela geração de 40,7% do VAF total do município nessas atividades, enquanto a sede responde por 55,8%. Esta participação de Aracê conforma uma especialização nessas atividades, reforçando seu papel predominante no turismo do município.

Tabela 16 – Distribuição espacial segundo grupos de atividades do VAF no município de Domingos Martins - 2002

CNAE	Atividade	Sede	Aracê	Melgaço	Paraju	Isabel
A	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	839.571,00	43.362,00	-	1.299.040,00	-
B	Pesca	-	-	-	-	-
C	Indústria extrativa	20.240,00	96.120,00	-	-	-

Continua

Tabela 16 – Distribuição espacial segundo grupos de atividades do VAF no município de Domingos Martins - 2002

CNAE	Atividade						Conclusão
		Sede	Aracê	Melgaço	Parajú	Isabel	
D	Indústria de transformação	4.133.084,00	215.530,00	-	187.724,00	1.275,78	
E	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-	-	-	-	-	
F	Construção	65.401,00	65.713,00	-	-	-	
G	Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	4.076.039,00	1.288.333,00	89.926,00	1.615.578,00	14.539,28	
H	Alojamento e alimentação	330.861,00	241.171,00	-	16.039,00	4.404,35	
I	Transportes, armazéns e comunicação	97.976,00	375.183,00	-	-	-	
J	Intermediação financeira	-	-	-	-	-	
K	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	-	67.297,00	-	-	-	
Total		9.563.172,0	2.392.709,0	89.926,00	3.118.381,00	20.219,4	

Fonte: Sefaz/Subser/Geari/Suddef/Seig/Siga. Elaboração IPES.

Nota Técnica:

a) Valores correntes em R\$ 1,00

b) Conforme mês de pagamento;

c) Excluídas multas, juros e correção.

5.**USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

A população de Domingos Martins é predominantemente rural, com apenas 19% na área urbana, segundo o censo do IBGE de 2000. De relevo acidentado, favorecido especialmente pelo clima de montanha, o distrito-sede teve sua ocupação urbana prioritariamente em fundo de vale.

Originalmente, a sede municipal, que se constituía num pequeno núcleo urbano, guardava em sua arquitetura traços peculiares da colonização alemã e da italiana. Posteriormente esta característica foi sendo pulverizada no contexto urbano, configurando-se, atualmente, num modelo arquitetônico eclético, que resguarda, ainda, tipologias originais.

O poder público municipal, com intuito de manter a cultura arquitetônica, estabeleceu no Código de Obras incentivo fiscal para as edificações que apresentarem fachadas com traços peculiares da arquitetura alemã. Esse incentivo vem garantindo de forma pontual a tipologia proposta, notadamente nas edificações unifamiliares. Há, no entanto, uma forte tendência para construção de edificações multifamiliares com características contemporâneas. Nos demais núcleos urbanos a tipologia urbana não guarda traços culturais relevantes, acentuando-se ocupações espontâneas, sem o devido planejamento.

A essa formação histórica que serviu de base para a atração turística do município, agregou-se o recente interesse para o desenvolvimento de atividades turísticas na região de montanha (turismo de natureza, turismo rural e turismo ecológico). No entanto, a infra-estrutura cultural, arquitetônica, artística e mesmo a qualidade dos espaços públicos carecem de uma ambientação compatível com a esperada por essa demanda.

Esse crescente interesse turístico pela região desencadeou a partir da década de 90 um processo imobiliário especulativo, especialmente através de empreendimentos imobiliários em áreas rurais que, embora denominados condomínios, não encontram respaldo legal.

A atuação do poder público municipal, no sentido de propiciar a otimização da vocação turística, vem sendo direcionada para o incentivo à implementação desses empreendimentos imobiliários para fins de lazer, sem estabelecer, no entanto, o controle das atividades turísticas.

Incentivos vêm sendo dados através de isenção de IPTU em terrenos de “loteamentos” já aprovados ou que vierem a ser aprovados na vigência do Código Tributário Municipal, até a primeira operação de venda (Lei complementar 001/2002, inciso VII, art 15).

Na ocupação do solo, têm-se observado, principalmente no meio rural de Aracê, áreas expressivas com implantação de empreendimentos imobiliários denominados “condomínios”. Estes empreendimentos se concentram na Rota do Lagarto, em

torno da Pedra Azul, e na rodovia ES 164, em direção a Vargem Alta, com lotes variando de 700 a 2500 m².

5.1 Aspectos Jurídicos

Esses “condomínios” não encontram fundamento legal para serem aprovados e implantados. Submeter loteamento ao regime de condomínio ou vice-versa é impossível, pois a Lei federal nº 6766/79 disciplina o parcelamento do solo e a Lei federal nº 4.591/64 regulamenta a propriedade em condomínio. Terrenos destinados a empreendimentos imobiliários têm duas alternativas jurídicas possíveis: parcelamento do solo ou construção em condomínio, dividido em unidades autônomas.

A escolha da via do parcelamento do solo (loteamento ou desmembramento) implica, como consequência, a transferência de terrenos não edificados, com parte da gleba transferida do domínio privado para o domínio público, por força do concurso voluntário (vias de circulação, áreas verdes e institucionais), com perda de potencial construtivo.

A opção pela formatação jurídica do condomínio pressupõe de imediato a transferência de unidades autônomas construídas, pois inexiste no condomínio a transferência de terrenos sem edificação, e toda a gleba manterá sua natureza de domínio privado.

Não há, desta forma, uma legislação capaz de amparar essa figura jurídica de “loteamento em condomínio”, que vem ocorrendo com grande intensidade no município.

Acrescenta-se que esses empreendimentos imobiliários vêm sendo aprovados pelo poder público municipal e registrados no Cartório de Registro de Imóveis como “loteamentos”, sendo que as áreas que deveriam ser públicas por força de lei, são consideradas na aprovação e no registro imobiliário como privativas, a exemplo do sistema viário e das áreas de equipamentos públicos e comunitários.

Por oportuno, é válido acrescentar que para o parcelamento do solo para fins urbanos ocorrer dentro dos limites legais é necessária, também, a observação de dois critérios: o da localização (dentro do perímetro urbano) e o da destinação (anuência do Incra), conforme Lei federal 6766/ 79.

Outra irregularidade verificada é que esses empreendimentos se localizam em área rural, não observando, também, o critério da localização.

5.2 Dimensão do processo de ocupação do solo

Na década de 90 se instaurou, em Aracê, um processo especulativo que, no período 1995/2003, disponibilizou 1.288 lotes, perfazendo um total de 19 “condomínios”, sendo que, destes, 16 se encontram registrados e 3 apenas com aprovação municipal. O “boom” imobiliário acontece a partir do ano de 2000, conforme pode ser

verificado pela data de aprovação dos “condomínios” na tabela 17. Verifica-se que 70% dos lotes desses “condomínios” surgem a partir de 2000. Existem ainda mais 8 “condomínios” em processo de tramitação no Idaf, sendo 4 localizados em Aracê.

Tabela 17 - Condomínios registrados pela Prefeitura de Domingos Martins no distrito de Aracê

Condomínios	nº lotes	Área (m²)	Registro	Ano de aprovação
Cond. Estrela Cadente	72	119.826,37	X	1998
Cond. Parque das Águas	28	32.602,77	X	1998
Cond. Eco Resort	83	527.887,35		2000
Cond. Parque Pedra Azul	24	30.337,28	X	1999
Cond. Cerro Azul	104	393.775,48	X	2000
Cond. Aldeia da Pedra Azul	47	108.685,83	X	2000
Cond. Villagio Verdi	124	421.909,96	X	2000
Cond. Eco da Floresta	63	165.695,41	X	2000
Cond. Res. Vales Verdes	24	23.600,00	X	2001
Cond. Recanto das Bromélias	24	69.540,00	X	2001
Cond. Monte Blu	41	142.129,98	X	2001
Cond. Colinas de Pedra Azul	53	91.739,49		2001
Cond. Parque do China	47	93.774,95	X	2001
Cond. Chácaras Sol Nascente	23	39.213,37		2002
Lot. Chác. Pedra Azul	54	57.652,12	X	1995
Lot. Vivendas Pedra Azul	153		X	1996
Lot. Recanto das Estrelas	70	221.897,00	X	1999
Lot. Chác. Pietra Azurra	54	79.953,73	X	2000
Lot. Pedra Azul	200		X	
Total	1288	2.680.221,09		

Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins

Tabela 18 - Condomínios previstos em tramitação no IDAF no município de Domingos Martins

Condomínios	Área (ha)
Fazenda Pedra Azul (Aracê)	9,20
Cond. Chalé Residência (Aracê)	13,37
Sítio dos Lagos (Aracê)	9,30
Chalé Const.e Incorporadora (Aracê)	3,00
Santa Maria Araguaia	3,30
Cond. Parque Terra Alta (Soído)	11,00

Continua

Tabela 18 - Condomínios previstos em tramitação no Idaf no município de Domingos Martins

Condomínios	Área (ha)	Conclusão
Sítio Grande Lago - Liliane Chieppe (sede)		74,90
Sítio Renilda (sede)		8,90
Total		132,97

Fonte: Idaf

Há que se destacar ainda que a área ocupada por “condomínios” no distrito de Aracê corresponde a 64% da área “loteada” nos demais distritos. O que implica dizer que a parte do território municipal que conta com maior área ocupada por empreendimentos desse tipo é efetivamente a região de Aracê.

Tabela 19 - Loteamentos no distrito-sede e Isabel

Loteamentos	Nº de lotes	Área(m²)	Registro	Ano de aprovação
R. Aldeia da Montanha (Isabel)	43	140.148,25	X	2000
Kurt Lewin (*) - (sede)	34	66.867,16	X	2001
Rio da Montanha (Isabel)	43	140.148,25	X	2000
Ala Nova de Campinho (sede)	216	125.000,00	X	1979
Campinho (sede)	59	-		1974
Dulceville (sede)	25	18.355,18	X	
Jardim Campestre (sede)	50	13.887,37	X	1978
Jefferson Aguiar (sede)	31	15.613,25	X	1978
Parque Alpina (Soído)	85	50.000,00	X	2003
Parque das Hortências (Soído)	111	-	X	
Parque da Montanha (Soído)	111	626.000,00	X	1979
Sítio Pinheiro Bravo (Isabel)	95	411.043,76	X	
São Judas (Isabel)	43	-		1979
Teodoro Faller (sede)	10	30.053,75		1992
Vivendas do Imperador (sede)	-	-		
Edil Athaide Fraga (sede)	-	-		1977
Desmembramento Vila da Paz	-	-		1993
Total	956	1.637.116,97		
Total geral do município	2244	-		

Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins

(*) 34 lotes + 1 gleba de 6.032,84m²

Nota: na lacuna registrados, os itens não preenchidos significam: sem informação de registro

5.3 Aspectos urbanístico-ambientais

O crescimento imobiliário para uso ocasional ocorreu, sem qualquer processo de planejamento municipal, de forma bem mais intensa e espontânea do que as atividades turísticas (infra-estrutura de hotéis, pousadas, restaurantes e serviços turísticos). Os meios de hospedagem permanecem ainda incipientes, contando o município com apenas 14 pousadas e 3 hotéis, sendo 9 localizados no distrito de Aracê.

Os critérios urbanísticos para implantação dos empreendimentos imobiliários têm ficado a cargo do setor privado, que vem estabelecendo, através de convenções, entre outras disposições, as relacionadas a tamanho dos lotes, taxa de ocupação, afastamentos mínimos, número de pavimentos e usos permitidos.

A implantação desses empreendimentos ocorre em áreas muito acidentadas, inadequadas para fins de parcelamento e em sua maioria com declividade superior a 35%. Assim, uma série de condições topográficas e geológicas mínimas devem ser definidas, sob pena de acarretar eventuais problemas de erosão nessas encostas, uma vez que ocorrerá, sem dúvida, retirada de parte da cobertura vegetal quando forem implantados esses empreendimentos.

A infra-estrutura instalada, quando existente, relaciona-se com a pavimentação de vias, meio-fio, rede de energia elétrica, escoamento de águas pluviais e soluções para o esgotamento sanitário. Verificam-se investimentos públicos municipais⁷ em obras de esgotamento sanitário nos empreendimentos Vivendas da Pedra Azul e Loteamento Pedra Azul, implantados em 1996 e 1995, respectivamente, conforme apresentado na tabela 22, que detalha os investimentos municipais em saneamento básico.

Quanto ao abastecimento de água, grande parte dos “condomínios” conta com reservatórios cuja captação d’água é proveniente de nascentes. Estima-se que a capacidade tornar-se-á inadequada no momento em que se consolide a ocupação prevista, podendo demandar, posteriormente, muitos investimentos públicos. Observa-se a ocorrência, dentre outros problemas, da dessecação de nascentes em consequência do desmatamento de áreas expressivas. Isto tem acarretado a diminuição do volume de água dos córregos e rios, provocando, com a concorrência do problema do assoreamento, uma situação de desequilíbrio para o ecossistema em questão, um vez que grande parte dos “condomínios” tem sido implantada na bacia do rio Jucu Braço Norte (mapa 4).

Torna-se oportuno ressaltar que essas áreas originariamente eram destinadas à pecuária e à exploração agrícola e, com a nova destinação urbana, a dinâmica especulativa chega à região, elevando em muito o preço da terra. Conforme observações feitas em campo, constatou-se que a maioria desses lotes urbanos é para uso ocasional de população residente na capital e no município de Cachoeiro de Itapemirim, com preços variando de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a R\$30.000,00 (trinta mil reais).

⁷Prestação de Contas de Domingos Martins, anos: 2000 a 2002. Fonte: Tribunal de Contas do Espírito Santo.

Prevê-se que no momento em que forem consolidadas as unidades habitacionais poderão ocorrer nesses empreendimentos imobiliários eventuais problemas, como os relacionados com o uso e ocupação do solo urbano, especialmente quanto a circulação viária, abastecimento de água, cobertura vegetal e resíduos sólidos.

Por fim, cabe salientar que a região é de baixa densidade demográfica com núcleos urbanos muitos pequenos. A área delimitada pelo perímetro urbano do distrito de Aracê, segundo o cadastro do município, conta com 246 unidades construídas, incluídas, neste total, residências, estabelecimentos comerciais e outras, número este muito inferior ao dos lotes disponibilizados na área rural, que é de 1.288 lotes.

Não há registro de expansão da área delimitada pelo perímetro urbano. O que se observa é um crescimento desordenado de atividades urbanas no meio rural, trazendo conseqüências negativas para o turismo local, especialmente quando estas atividades são implantadas no entorno do Parque Estadual de Pedra Azul, que se caracteriza como grande indutor de atração turística da região, conforme pode ser verificado no mapa 5 - Rotas/Equipamentos Turísticos do Distrito de Aracê.

Isso aponta para uma alteração importante do padrão turístico do município. Em vez de aumentar a quantidade de hotéis e pousadas, cresce o número de residências ocasionais. De fato, os "lotes" estão cada vez menores e a preços acessíveis a parcela significativa da classe média urbana. Além disso, a perspectiva de valorização imobiliária já dada pode transformar parte desses lotes em reserva de valor para essa população urbana. Fica caracterizado, assim, o início de um processo de turismo predatório, que no seu limite pode destruir os fatores de atração turística da região.

Torna-se oportuno ressaltar que essas áreas originariamente eram florestas ou matas que foram devastadas para fins de exploração agrícola e, mais intensamente, para utilização na pecuária. Posteriormente, a destinação agrícola foi dando lugar aos empreendimentos imobiliários para fins de lazer.

Essa transformação na estrutura agrária pode acarretar declínio da atividade primária, base de sustentação da economia do município, resultando em uma significativa alteração na distribuição espacial da população do município, conforme observado no item *dinâmica populacional/migração*, deste documento.

6. INFRA-ESTRUTURA URBANA E DE ACESSO

6.1 Infra-estrutura urbana

Em termos de infra-estrutura, o distrito-sede de Domingos Martins agrega as condições mais adequadas de saneamento básico, evidenciando também o distrito de Isabel, com maior atendimento de esgotamento sanitário, conforme tabela 20.

Tabela 20 – Saneamento básico segundo município e distritos em Domingos Martins – 2000

Município/distritos	Em %		
	Água adequada	Esgoto adequado	Lixo adequado
Domingos Martins	28,61	29,43	28,61
Aracê	13,7	25,91	13,70
Sede municipal	58,22	58,41	58,22
Isabel	35,17	63,05	35,17
Melgaço	4,21	1,68	4,21
Paraju	22,47	7,94	22,47

Fonte: IBGE. Censo 2000
Elaboração IPES.

Nesse contexto, os investimentos municipais vêm sendo dirigidos para infra-estrutura em saneamento básico nos distritos considerados mais carentes neste tipo de atendimento, como os de Paraju e Aracê, que concentram 33% e 32%, respectivamente, do total dos investimentos municipais alocados em saneamento em 2000-2002, conforme tabela 21.

Tabela 21 - Distribuição dos investimentos municipais em saneamento básico segundo distritos no município de Domingos Martins – 2000-2002

Distritos	Valor (R\$)	%
Aracê	468.240,93	31,9
Melgaço	164.488,45	11,2
Paraju	481.990,64	32,9
Isabel	130.213,17	8,9
Sede	221.907,20	15,1
Total	1.466.840,39	100,0

Fonte: Prestação de contas da PMDM/Tribunal de Contas do Espírito Santo.
Elaboração IPES.

O detalhamento dos Investimentos Municipais 2000-2002 encontra-se demonstrado na tabela 22, segundo informações discriminadas na prestação de contas da Prefeitura Municipal de Domingos Martins ao Tribunal de Contas do Espírito Santo.

Tabela 22 - Detalhamento dos investimentos municipais em saneamento básico por distritos no município de Domingos Martins – 2000-2002

Distritos	Obra	Valor (R\$)	Data
Aracê	Esgotamento sanitário	107.644,62	abr-00
Aracê	Esgotamento sanitário	29.388,54	jun-00
Aracê	Esgotamento sanitário	14.291,25	set-00
Aracê	Esgotamento sanitário (loteamento Vivendas da Pedra)	30.180,30	ago-00
Aracê	Esgotamento sanitário (loteamento Vivendas da Pedra)	56.602,83	set-00
Aracê	Esgotamento sanitário (loteamento Chácaras de Pedra Azul)	19.684,08	jun-00
Aracê	Esgotamento sanitário (loteamento Chácaras de Pedra Azul)	20.706,77	ago-00
Aracê	Esgotamento sanitário (loteamento Chácaras de Pedra Azul)	35.277,42	set-00
Aracê	Esgotamento sanitário de chácaras	2.936,86	ago-01
Aracê	Esgotamento sanitário	84.890,29	ago-01
Aracê	Esgotamento sanitário	17.696,59	jan-02
Aracê	Esgotamento sanitário (Vivendas de Pedra Azul)	21.018,66	abr-02
Aracê	Esgotamento sanitário (Vivendas de Pedra Azul)	3.457,28	abr-02
Aracê	Esgotamento sanitário (Vivendas de Pedra Azul)	15.456,00	abr-02
Aracê	Esgotamento sanitário (Vivendas de Pedra Azul)	6.672,89	abr-02
Aracê	Esgotamento sanitário	2.336,55	mai-02
Melgaço	Esgotamento sanitário	33.335,00	jan-00
Melgaço	Tratamento de esgoto	1.962,00	abr-00
Melgaço	Estação de tratamento de água	1.840,00	ago-00
Melgaço	Obra na estação de tratamento	1.631,19	jul-00
Melgaço	Obra de implantação da estação de tratamento	3.753,76	jul-00
Melgaço	Material para instalação de filtro em estação de água	3.101,15	set-00
Melgaço	Esgotamento sanitário	21.473,44	jun-00
Melgaço	Esgotamento sanitário	9.168,04	set-00
Melgaço	Material para obra de captação de água	244,85	set-00
Melgaço	Estação de tratamento de água	11.548,02	ago-01
Melgaço	Esgotamento sanitário	62.707,00	ago-01
Melgaço	Esgotamento sanitário	10.069,81	mar-02
Melgaço	Esgotamento sanitário	3.654,19	abr-02
Paraju	Tratamento de esgoto	8.068,30	jan-00
Paraju	Esgotamento sanitário	1.649,02	mar-00
Paraju	Material para obras	885,60	abr-00
Paraju	Esgotamento sanitário	127,11	abr-00
Paraju	Sistema de esgotamento	5.182,09	jun-00
Paraju	Esgotamento sanitário	34.415,45	jun-00

Continua

Tabela 22 - Detalhamento dos investimentos municipais em saneamento básico por distritos no município de Domingos Martins – 2000-2002

			Conclusão
Distritos	Obra	Valor(R\$)	Data
Paraju	Esgotamento sanitário	33.092,62	jun-00
Paraju	Esgotamento sanitário	18.687,55	ago-00
Paraju	Esgotamento sanitário	41.621,94	set-00
Paraju	Esgotamento sanitário	64.213,76	jun-00
Paraju	Esgotamento sanitário	62.915,30	set-00
Paraju	Estação de tratamento de água	1.400,00	ago-01
Paraju	Esgotamento sanitário	33.275,02	ago-01
Paraju	Esgotamento sanitário	163.098,81	ago-01
Paraju	Esgotamento sanitário	13.358,07	jan-02
Isabel	Sistema de fossa séptica (rede de ensino)	2.001,76	abr-00
Isabel	Material para ampliação da rede de distribuição de água tratada	970,00	set-00
Isabel	Material para execução de caixas de drenagem pluvial no Vale da Estação	245,00	out-00
Isabel	Esgotamento sanitário	21.089,82	jul-01
Isabel	Saneamento básico	105.906,59	jan-02
Sede	Captação e abastecimento de água (loteamento Vivendas do Imperador)	39.107,20	jun-00
Sede	Material para obra de captação de água	850,00	set-00
Sede	Material para execução de caixas de drenagem na Vila Verde e Vila da Paz	1.950,00	out-00
Sede	Saneamento básico	180.000,00	mar-02
Total dos investimentos em saneamento			
Total dos investimentos em obras			

Fonte: Prestação de contas da PMDM/Tribunal de Contas do Espírito Santo
Elaboração IPES.

Conforme informações da prefeitura, o município conta com 10 estações de tratamento de esgoto, sendo 3 em processo de implantação, assim distribuídas:

Implantadas: distrito-sede (1), Ponto Alto - Paraju (2), São Bento do Alto Jucu – Aracê (1), Vivendas de Pedra Azul – Aracê (1), Chácaras de Pedra Azul – Aracê (1), Melgacinho – Melgaço (1).

Em fase de implantação: Isabel, Paraju e Perobas.

O sistema de abastecimento de água é operado pela Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) e pela prefeitura.

Em relação à habitação, o déficit total do município é de 18%, para o ano de 1996, última data do cálculo desse indicador.⁸ Este número é considerado expressivo em relação ao total do estado, que é de 9,6%. Como a população do município é eminentemente rural (81%), este indicador evidencia a necessidade de um programa de habitação popular com ênfase no meio rural.

6.2 Infra-estrutura de acesso

O acesso ao município de Domingos Martins é na maior parte feito por meio rodoviário, sendo sua malha composta por vias municipais, estaduais e uma federal. O principal corredor de tráfego é constituído pela rodovia BR-262, que divide os distritos de Isabel e Aracê e corta uma pequena ponta do distrito-sede, junto à divisa com o município de Marechal Floriano.

Destacam-se as seguintes rodovias estaduais, com trechos pavimentados:

- ES-376, asfaltada no trecho que interliga a sede do município e a BR-262, com aproximadamente 3 km de extensão;
- ES-470, possuindo cerca de 14 km em asfalto, no trecho compreendido entre a sede do distrito de Paraju e a BR-262;
- ES-164, com aproximadamente 12,7 km internos ao município, faz a conexão da BR-262, nas proximidades da Fazenda do Estado, com as sedes dos municípios de Vargem Alta e Cachoeiro de Itapemirim, e seu prosseguimento através da BR-482 permite que se alcance a BR-101, na localidade de Safra, sendo todas asfaltadas;
- ES-165, que possui cerca de 16,7 km internos ao município, interliga com asfalto a sede de Afonso Cláudio à BR-262, na altura da Fazenda do Estado.

As rodovias estaduais ES-368, ES-465 e parte da ES-376 e ES-470, em leito natural, também desempenham importante função para a mobilidade das pessoas e para a circulação dos insumos e escoamento dos produtos locais.

A microacessibilidade é feita através das vias municipais, que se encontram praticamente em leito natural, com exceção de algumas localizadas nos núcleos urbanos mais populosos. Nos períodos chuvosos, em função de seu estado precário de conservação, há comprometimento do tráfego para alguns tipos de veículos.

Quanto ao transporte coletivo, o atendimento à região restringe-se ao serviço de transporte escolar, sendo os demais deslocamentos atendidos por linhas que partem de outros municípios vizinhos, da região Metropolitana da Grande Vitória ou de outros estados e utilizam a BR-262 ou as rodovias estaduais.

A acessibilidade ao município pelos demais meios de transporte é descrita a seguir:

⁸ Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves. *Subsídio para programa de habitação popular*. Vitória: Ipes, 1999.

→ FERROVIÁRIO

A ferrovia mais próxima do distrito-sede é a Centro Atlântica, que une Vitória ao Rio de Janeiro. Ela pode ser acessada em Araguaia (Marechal Floriano), utilizando-se as rodovias BR-262 e ES-146, com distância aproximada de 31 Km.

A Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), pertencente à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), liga Vitória a Minas Gerais e ao restante do Planalto Central. Seu acesso rodoviário pode ser feito através da BR-262, distante cerca de 54 km de Domingos Martins.

Ressalta-se que a região atualmente não possui quantidade suficiente de cargas para demandar o uso desta modalidade de transporte.

→ AEROPORTUÁRIO

O Plano Aeroviário do Estado do Espírito Santo – revisão 2001, elaborado pelo Instituto de Aviação Civil (IAC) – classifica os aeroportos capixabas em 4 esferas: nacional, regional, local e complementar.

Os aeroportos que podem vir a ser utilizados para atendimento a demanda atual ou futura são apresentados a seguir:

O aeroporto Eurico Salles, classificado pelo IAC como de âmbito nacional, está localizado em Goiabeiras (Vitória), a cerca de 55 km de Domingos Martins. Sua ligação rodoviária com a região Serrana pode ser feita através da BR-262 e vias urbanas de Vitória.

O aeroporto regional de Cachoeiro de Itapemirim, bem como o de Guarapari – de âmbito local - podem ser considerados como alternativas aeroportuárias, porém, em termos logísticos, são menos atrativos que o aeroporto Eurico Salles, em Vitória.

Para a região de Caxixe, em Venda Nova, próxima à divisa com Aracê, foi planejada a construção de um aeroporto de caráter complementar, para aeronaves de pequeno porte.

→ PORTUÁRIA

Em função de localização, acessibilidade, porte e equipamentos disponíveis, os portos mais atrativos para atender a demandas futuras de carga geral que possam surgir na região abrangida por Domingos Martins são, inicialmente, os de Vitória e Vila Velha (Capuaba), distantes do local cerca de 45 e 47 km, respectivamente. Em seguida, está Tubarão, que dista aproximadamente 77 km.

A distância rodoviária do porto de Ubu, localizado em Anchieta, é de aproximadamente 93 km, considerando a BR-262, a BR-101 e a ES-146, ou de 83 km, utilizando-se apenas a BR-262 e a ES-146, passando por Araguaia e Alfredo

Chaves. A segunda opção somente será possível se concluída a pavimentação do trecho em leito natural existente na citada rodovia estadual.

6.2.1 Acessibilidade ao distrito de Aracê

O distrito de Aracê é cortado, em sua porção mais ao sul, quase que diametralmente pela BR-262, que interliga Vitória a Belo Horizonte. No sentido sul—norte, paralelo à divisa com Venda Nova e à esquerda do Parque Estadual da Pedra Azul, o distrito é atravessado pelo eixo rodoviário constituído pelas rodovias BR-482, E- 164, BR-262 e ES-165.

Este eixo inicia-se na rodovia federal BR-101, na localidade de Safra, com a BR-482, em pista dupla asfaltada até Cachoeiro de Itapemirim. A conexão de Cachoeiro com a BR-262, passando por Vargem Alta e São Paulo do Aracê, é feita pela rodovia ES-164, que se encontra asfaltada.

A ES-164 intercepta a BR-262, a cerca de 1,2 km da localidade de Fazenda do Estado, onde começa a ES-165, que corta o restante do território norte de Aracê e vai até Afonso Cláudio, também asfaltada.

Observa-se, assim, que o distrito de Aracê possui ótima acessibilidade à malha rodoviária nacional, pois é servido diretamente pela BR-262, que o interliga à Região Metropolitana da Grande Vitória, aos demais municípios do sudoeste do Espírito Santo, ao estado de Minas Gerais e à região do Planalto Central. Em Viana, ela se interliga à BR-101, que atravessa de norte a sul a região litorânea capixaba, interligando Aracê ao restante do território brasileiro.

Na região destaca-se o eixo constituído pela rodovia ES-164, que permite a redução da extensão das viagens com destino a Cachoeiro de Itapemirim e ao seu entorno, e o seu prolongamento através da BR-482, que estende essa redução às viagens que prosseguirão através da BR-101 Sul.

Além destas vias, outro eixo viário bastante utilizado pela população local para acessar a BR-101 é o que passa por Venda Nova do Imigrante, Castelo e Cachoeiro de Itapemirim, formado pelas rodovias BR-262, ES-166 e BR-482.

A rodovia ES-165 integra o corredor que liga o distrito com a região turística das três santas (Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa e Santa Leopoldina) e com a região norte do estado. Atualmente, a principal restrição para uma utilização mais intensa deste corredor é a falta de pavimentação do trecho situado entre Afonso Cláudio e Itarana. O reinício das obras de asfaltamento deste trecho está previsto para breve.

A rodovia ES-264 une a ES-165 à sede de Santa Maria de Jetibá. Atualmente, encontra-se em leito natural entre as localidades de Alto Lajinha e Garrafão, estando pavimentada no restante do trecho.

A rodovia ES-383 liga a ES-164 a Vitor Hugo, Matilde e Alfredo Chaves. Se pavimentada, passará a representar um importante eixo de ligação da região Serrana com a BR-101.

Finalmente, a rodovia ES-368, ainda em leito natural, faz a ligação entre a sede de Aracê e a dos distritos de Paraju e Melgaço, em Domingos Martins, e a de Garrafão, em Santa Maria de Jetibá.

No distrito de Aracê, destacam-se as seguintes vias municipais:

- Rota do Lagarto, que une a BR-262 à ES-164, contornando o Parque Estadual da Pedra Azul, ao lado da Pedra do Lagarto, encontra-se em leito natural em quase toda sua extensão. Em função da vegetação e da topografia de seu entorno, em alguns trechos permite a passagem de apenas um veículo. Como forma de não descaracterizar a paisagem local é aconselhável manter sua largura atual e, se pavimentada, utilizar revestimento rústico, incentivando o desvio do tráfego mais intenso de veículos que se destinam aos condomínios criados na região para as rodovias ES-164 (pavimentada) ou ES-383 (não pavimentada);
- Trecho viário da ES-383 que parte da ES-164, na altura de Monte Verde, e vai até Redentor, em via municipal, concluindo o contorno do Parque Estadual;
- Ligação entre a ES-164, passando pelas localidades de São Paulo, e a Fazenda São Sebastião e o Caxixe Quente;
- Ligação entre a BR-262, na altura da Fazenda do Estado, e a região do Caxixe e Alto Viçosa;
- Ligação ES-164, ao lado do córrego São Vitória, com Caxixe Frio, Caxixe Quente e ES-166;
- Ligação BR-262, na altura da divisa com Venda Nova do Imigrante, com Volta Peçanha e rodovia de acesso a Afonso Cláudio (ES-165);
- Ligação da ES-165, na altura de Alto Lajinha, à ES-368, passando por Cristo Rei e São Rafael;
- Ligação Cristo Rei (Aracê) a Alto Santa Maria (Santa Maria de Jetibá);
- Ligação Aracê, Fazenda Boni, Santa Luzia e a BR-262, esta última nas proximidades da divisa com Vitor Hugo (Marechal Floriano);
- Ligação ES-165, da Fazenda da Ponte, até a ES-264, em Alto Santa Maria (Afonso Cláudio), passando por Alto Jucu, Cristo Rei e Bom Parto;
- Ligação BR-262, entre Pedra Azul e Aracê, à ES-165, na altura de São Bento, passando por Nossa Senhora do Carmo;
- Ligação BR-262, entre Pedra Azul e Aracê, à ES-368, em Pinheiros.

As vias descritas anteriormente, quase todas em leito natural, são mostradas nos mapas 6 e 7 - Sistema Viário Básico, incluindo as distâncias entre os distritos que contornam Aracê.

A distância aproximada, a partir do núcleo urbano de Pedra Azul, entre Aracê e os distritos que o contornam, a sede dos municípios da região mais próximos, a capital do estado e os portos e aeroportos que possam vir a atender a região em foco, é mostrada na tabela a seguir.

Tabela 23 - Distância aproximada do distrito de Aracê em relação aos núcleos urbanos vizinhos

Distritos	Distância (km)	Acesso
Araguaia	39	ES-146 / BR-262
Paraju	44	ES-470/ BR-262
Garrafão	47	ES-264 /ES-165 /BR-262
Pontões	25	ES-165 / BR-262
Fazenda Guandu	40	ES-484 / ES-165
Piracema	37	ES-484 / ES-165
	48	ES-484 / BR-262
Limoeiro	42	ES-166 / BR-262
Castelinho	26	ES-164 / BR-262

Sedes Municipais	Distância (km)	Acesso
Domingos Martins	46	BR-262
Venda N. do Imigrante	16	BR-262
Marechal Floriano	40	BR-262
Conceição do Castelo	36	BR-262 /ES-165
Vargem Alta	40	BR-262 / ES-164
Alfredo Chaves	62	ES-146 / BR-262
Castelo	53	ES-166 / BR-262
Cachoeiro de Itapemirim	94	ES-482 / ES-166 / BR-262
	83	ES-164 / BR-262
Afonso Cláudio	52	BR-262 / ES-165
Santa Maria de Jetibá	81	BR-262 / ES-165 / ES-264
Santa Leopoldina	115	ES-080 / BR-262
	105	BR-262 / ES-264 / ES-355
Santa Teresa	107	ES-261 / ES-355 / ES-264 / ES-165
Fundão	133	ES-261 / ES-355/ ES-264 /ES-165
Marataízes	145	ES-490 / BR-482 / ES-164
Anchieta	184	ES-146 /BR-101(Rio N. Sul) / BR-482 (Cach. Itap) / ES-166 (Castelo)
Guarapari	187	BR-101 / BR-482 / ES-166 / BR-262
Vitória	88	Vias Urbanas / BR-262

Fonte: IBGE. Mapa Municipal Estatístico

Tabela 24 – Distância aproximada do distrito de Aracê em relação à infraestrutura de transportes do estado do Espírito Santo

Estações Ferroviárias	Distância (km)	Acesso
Araguaia - FCA	39	ES-146 / BR-262
Vargem Alta - FCA	78	ES-383 / ES-146 / BR-262
Pedro Nolasco - EFVM	85	BR-262

Aeroportos	Distância (km)	Acesso
Eurico Salles Vitória (âmbito nacional)	98	BR-262 e vias urbanas de Vitória
Cachoeiro de Itapemirim (âmbito regional)	96	ES-482 / BR-262 / ES-166
Guarapari (âmbito local)	193	ES-480 / BR-101 (Iconha) / ES-482 (Cach. Itapemirim) / ES-166 (Castelo) / BR-262 (Venda Nova)
Caxixe (caráter complementar)	14	BR-262

Portos	Distância (Km)	Acesso
Vitória	88	Vias Urbanas/ BR-262
Vila Velha (Capuaba)	90	Vias Urbanas / BR-262
Tubarão	120	BR-101/ BR-262
Ubu	90	ES-146 / BR-101 / ES-146 (Alfredo Chaves, Araguaia)

Fonte: IBGE. Mapa Municipal Estatístico

Conclui-se, assim, que o município de Domingos Martins, especialmente o distrito de Aracê, possui boa acessibilidade em relação à malha rodoviária nacional, proporcionada pela BR-262. Destaca-se que Aracê é o distrito mais afastado da sede de Domingos Martins, distando cerca de 53 km.

Sob o ponto de vista de microacessibilidade, a malha rodoviária municipal, assim como grande parte da estadual, encontra-se em leito natural e em precárias condições de conservação, o que a torna intransitável em alguns trechos durante os períodos chuvosos. Assim, torna-se necessário o estabelecimento de uma hierarquia viária, dando prioridade ao serviço de manutenção e conservação para garantir a acessibilidade em caráter permanente.

A microacessibilidade proporcionada pela malha viária municipal está voltada para atividades rurais que geram baixos volumes de tráfego. Com a implantação de empreendimentos imobiliários nas áreas rurais, muda a característica da circulação, em termos de tipo de veículo e de volume de tráfego, podendo vir a comprometer a acessibilidade futura a determinadas localidades do município, inclusive quanto à operação das atividades relativas a alguns serviços públicos, a exemplo da coleta de lixo.

É importante ressaltar, também, que a área prevista no perímetro urbano para futura expansão da sede do distrito de Aracê estabelece um raio de extensão que abrange os dois lados contíguos da BR-262, apontando para um modelo de ocupação tentacular, com a estrutura urbana bipartida, bem similar à da cidade de Venda Nova

do Imigrante, que apresenta graves problemas de circulação e altos índices de acidentes de trânsito.

Observa-se que cidades cuja malha urbana se distribui ao longo de rodovias de intenso tráfego de passagem, constituem, muitas vezes, um desafio para o planejamento urbano local, exigindo, via de regra, grandes investimentos para minimizar impactos decorrentes do conflito permanente entre o tráfego de passagem e a circulação viária local.

7.**CENÁRIO TENDENCIAL**

O cenário tendencial apresentado a seguir pressupõe a continuidade da situação constatada no município, sem considerar eventuais intervenções para reversão do processo descrito neste documento.

Os desafios identificados têm subjacente o paradigma da sustentabilidade ambiental, destacando o turismo rural como uma das vantagens atuais em relação a atividades econômicas que vêm impondo um processo de transformação na região nem sempre desejável, especialmente no que tange ao declínio da atividade primária, base de sustentação da economia municipal.

A construção destas vantagens tem relevância, especialmente quando se verifica no município exploração massiva da ocupação do solo por empreendimentos imobiliários, gerando assim tensão entre investidores voltados para lucros imediatos e agentes, dentre os quais, investidores, comprometidos com a preservação ambiental.

Alcançar o objetivo central exige a definição de estratégias que contribuam para o fortalecimento de um ambiente de eficiência e promovam a otimização do uso dos recursos naturais da região de forma sustentável.

→ Econômico

- Diminuição da renda gerada pela atividade agrícola, dada a substituição de terras agriculturáveis por condomínios;
- Mudança no perfil do mercado de trabalho, diminuindo os postos de trabalho agrícola;
- Crescimento de empregos ligados aos serviços turísticos em proporção menor que a queda na agricultura;
- Crescimento dos núcleos urbanos por fluxos migratórios rurais e de outros municípios na expectativa de emprego;
- Mudança nas relações de produção com a substituição do tradicional trabalho agrícola familiar por emprego em serviços;
- Perda de atratividade dos ativos turísticos devido à degradação ambiental e paisagística em virtude da ocupação desordenada das áreas rurais.

→ Urbano-ambiental

- Implantação de empreendimentos imobiliários em áreas de grande declividade, ocasionando problemas de erosão de encostas, de acessibilidade viária e de escoamento de águas pluviais;

- Degradação paisagística com comprometimento visual da Pedra Azul, marco geográfico referencial da região, com implantação de empreendimentos imobiliários em seu entorno;
- Inadequação do ambiente urbano, do ponto de vista cultural, arquitetônico e artístico, em função da clientela que busca o turismo de natureza;
- Desequilíbrio para o ecossistema da região, especialmente devido a desmatamento, erosão, dessecação de nascente provocados pela ocupação desordenada.

→ Infra-estrutura urbana e de acesso

- Implantação de empreendimentos imobiliários sem soluções adequadas para abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Problemas de circulação e altos índices de acidentes de trânsito no núcleo urbano de Pedra Azul em função da ocupação ao longo da rodovia;
- Incompatibilidade das vias existentes com o previsível aumento de tráfego decorrente da ocupação dos empreendimentos imobiliários, comprometendo a acessibilidade a determinadas localidades do município.

8. VIABILIDADE DE EMANCIPAÇÃO DO DISTRITO DE ARACÊ

As emancipações municipais ocorreram em todas as unidades da Federação brasileira, mais intensamente a partir da Constituição de 1988, devido à descentralização política, institucional e fiscal.

Nas Constituições anteriores, o município não era expressamente mencionado como parte integrante da Federação, embora fosse ponto pacífico para muitos doutrinadores que a Federação brasileira compreendia, também, os municípios.

A Constituição, promulgada no dia 5 de outubro de 1988, liquidou esta questão, inserindo, expressamente no seu art. 1º e também no art. 18, o município como ente federativo.

Em 1996, a Emenda Constitucional nº 19 deu a seguinte redação ao § 4º do art. 18 da Constituição:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

A lei complementar federal ainda não foi promulgada. Quanto ao Plano de Viabilidade Municipal, ainda não foi definido o seu conteúdo e, tampouco, quem o definirá, se a União ou o estado.

No estado do Espírito Santo, a Lei estadual nº 146, de 5 de maio de 1999, determinou os requisitos para criação, fusão e desmembramento de municípios, assim estabelecendo:

- I) população estimada superior a 10.000 (dez mil) habitantes;
- II) eleitorado não inferior a 5.000,00 (cinco mil);
- III) centros urbanos constituídos com o número de casas superior a 400 (quatrocentas);
- IV) renda igual ou superior a 3,0 (três) milésimos da receita estadual de impostos do último exercício, sem que a área remanescente tenha perda superior a 35% (trinta e cinco por cento) de sua arrecadação;
- V) condições apropriadas, na sede do futuro Município, para a instalação da Prefeitura, da Câmara Municipal e dos órgãos indispensáveis ao bem-estar da comunidade;
- VI) não interrupção da continuidade territorial do Município ou Municípios de origem.

A partir de 1988 foram criados 20 municípios no estado. O processo de criação de município parece ter sofrido uma paralisação a partir da promulgação da legislação estadual; não ocorreu nenhuma outra emancipação a partir de 1999, conforme demonstrado em informações constantes na tabela 25.

Tabela 25 – Criação e data de instalação de municípios no estado do Espírito Santo a partir de 1988

Município	Data de criação	Data de instalação
Água Doce do Norte	6/5/1988	1/1/1989
Laranja da Terra	6/5/1988	1/1/1989
Santa Maria de Jetibá	6/5/1988	1/1/1989
Vargem Alta	6/5/1988	1/1/1989
Venda Nova do Imigrante	6/5/1988	1/1/1989
Águia Branca	11/5/1988	1/1/1989
Alto Rio Novo	11/5/1988	1/1/1989
João Neiva	11/5/1988	1/1/1989
Ibitirama	15/9/1988	1/1/1990
São Domingos do Norte	30/3/1990	1/1/1993
Vila Pavão	14/1/1991	1/1/1993
Irupi	15/1/1991	1/1/1993
Marechal Floriano	30/10/1991	1/1/1993
Marataízes	14/1/1992	1/1/1997
Vila Valério	25/3/1994	1/1/1997
Ponto Belo	30/3/1994	1/1/1997
Sooretama	30/3/1994	1/1/1997
Brejetuba	13/12/1995	1/1/1997
São Roque do Canaã	15/12/1995	1/1/1997
Governador Lindenberg	11/5/1998	1/1/2001

Fonte: IPES

Em face da inexistência de Lei complementar federal estabelecendo o período possível para a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios, decidiu o Supremo Tribunal Federal que, enquanto não for editada a lei complementar a que se refere o art. 18, § 4º, da Constituição, não se viabiliza o procedimento, tendente à criação de município.⁹

Com relação ao plebiscito, a Lei federal nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, em seu artigo 7º prevê que nas consultas plebiscitárias entende-se por população diretamente interessada tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembramento.

⁹ TSE- MS nº2.812 – Bahia- Rel Min. Edson Vidigal, Diário da Justiça, Seção I, 23 de março 2000. p. 43.

8.1 Condição financeira dos municípios capixabas

Para uma análise comparativa da condição financeira dos municípios serão utilizados dois indicadores: 1- *indicador de capacidade fiscal*, que mede a receita em relação à população, possibilitando avaliar a capacidade de ofertar bens e serviços públicos à comunidade; e 2- *Indicador de suficiência fiscal*, que mede o grau de autonomia ou dependência em relação às transferências das esferas estadual e federal de governo.

Deve ser considerado que as duas principais transferências para os municípios, a cota-parte do FPM (Decreto-lei nº 1881/81) e a cota-parte do ICMS, seguem lógicas distintas. A legislação do FPM estabelece um coeficiente mínimo de 0,6, válido para municípios com até 10.188 habitantes, o que garante aos municípios de pequeno porte valores altos em relação a sua receita total. Esta garantia de uma cota mínima de receita explica, em parte, as demandas por emancipação de municípios (tabela 26).

A participação da transferência do ICMS está, ao contrário, diretamente relacionada ao dinamismo econômico do município, uma vez que privilegia os locais geradores do imposto.

Tabela 26 – FPM per capita segundo faixas de população dos municípios do estado do Espírito Santo - 2001

Faixas de população	FPM per capita
até 10.188	216,7
de 10.189 a 30.000	163,9
de 30.001 a 50.000	124,6
de 50.001 a 100.000	85,5
de 100.001 a 200.000	85,8
acima de 200.000	43,2
Capital	89,7

Banco de Dados IPES

Fonte dos dados: TCES - Balanços municipais

A análise dos dados das tabelas 27 e 28 mostra que, quanto menor expressão econômica tem o município, maior a sua dependência do FPM. A maioria dos municípios é altamente dependente das transferências. Setenta e dois deles têm mais de 50% de suas receitas provenientes dessas duas fontes, FPM e ICMS.

Tabela 27 - Ranking da dependência das transferências do FPM, segundo municípios do estado do Espírito Santo - 2001

Em R\$1,00

Município	População em 2001	Participação do FPM na receita corrente	Padrão de dependência	
Mucurici	6.022	46,7	Altíssima	
Divino de São Lourenço	4.906	45,5		
São Gabriel da Palha	26.916	45,4		
Jerônimo Monteiro	10.352	44,4		
Pedro Canário	21.784	43,7		
Rio Novo do Sul	11.421	43,1		
Dores do Rio Preto	6.278	41,9		
Boa Esperança	13.752	40,3		
Muqui	13.638	39,6	Alta	
Itapemirim	28.904	39,6		
São Domingos do Norte	7.683	39,5		
Ponto Belo	6.305	39,4		
Governador Lindenberg	9.419	39,0		
Alto Rio Novo	6.886	38,6		
Ibitirama	9.281	37,3		
Alfredo Chaves	13.720	37,2		
Montanha	17.134	37,0		
Vila Pavão	8.338	36,9		
Água Doce do Norte	12.846	36,8		
Itaguaçu	14.622	36,4		
Marataízes	31.157	36,2		
Mantenópolis	11.728	36,2		
Piúma	15.656	34,8		
Pancas	20.318	34,6		
Alegre	31.878	34,3		
Muniz Freire	19.629	34,2		
Iconha	11.657	33,4		Elevada
Laranja da Terra	10.971	33,2		
Apiacá	7.688	32,8		
Águia Branca	9.572	32,7		
Itarana	11.544	32,7		
São Roque do Canaã	10.496	32,3		
Pinheiros	21.305	31,9		
Atílio Vivacqua	8.524	31,5		
Vila Valério	13.948	31,4		
Ecoporanga	23.839	31,4		
Barra de São Francisco	37.784	31,3		
Ibatiba	19.654	31,1		
Guaçuí	25.741	31,1		
Sooretama	18.772	30,9		

Continua

Tabela 27 - Ranking da dependência das transferências do FPM, segundo municípios do estado do Espírito Santo - 2001

Em R\$1,00
Continuação

Município	População em 2001	Participação do FPM na receita corrente	Padrão de dependência
Íluna	26.495	30,9	Elevada
Irupi	10.457	30,7	
Marilândia	10.036	30,4	
Presidente Kennedy	9.562	30,2	
Conceição do Castelo	10.909	30,1	
Bom Jesus do Norte	9.383	29,9	
Afonso Cláudio	32.464	29,7	
João Neiva	15.521	29,1	
São José do Calçado	10.515	29,0	
Mimoso do Sul	26.395	28,4	
Jaguaré	19.840	27,6	
Vargem Alta	17.895	27,6	
Fundão	13.314	27,3	
Ibiraçu	10.226	26,5	Média alta
Santa Leopoldina	12.618	26,4	
Rio Bananal	16.389	26,2	
Venda Nova do Imigrante	16.660	25,9	
Brejetuba	11.906	24,7	
Conceição da Barra	26.743	23,9	
Nova Venécia	43.434	23,9	
Marechal Floriano	12.431	23,3	
Viana	54.539	23,3	
Domingos Martins	31.122	22,8	
Santa Teresa	20.743	22,7	
Santa Maria de Jetibá	29.423	22,5	
Castelo	33.134	21,7	
Colatina	104.702	19,7	Média
Baixo Guandu	27.867	19,7	
Cachoeiro de Itapemirim	178.013	19,5	
São Mateus	92.403	18,9	
Cariacica	329.918	18,6	
Somatório Estado	3.155.016	18,6	
Guarapari	91.469	18,2	
Linhares	114.332	18,1	
Anchieta	19.640	14,0	
Vila Velha	355.739	12,2	Média baixa
Serra	334.840	8,6	
Aracruz	65.859	8,4	
Vitória	296.012	7,4	

Banco de Dados IPES

Fonte dos dados: Balanços Municipais - Tribunal de Contas

Tabela 28 - Ranking da dependência das principais transferências (FPM, ICMS), segundo municípios do estado do Espírito Santo - 2001

Em %

Município	População em 2001	FPM+ICMS / receita corrente	Padrão de dependência	
Governador Lindenberg	9.419	87,0	Alta	
Ibitirama	9.281	86,1		
Mucurici	6.022	80,2		
Pancas	20.318	79,6		
São Gabriel da Palha	26.916	78,5		
Boa Esperança	13.752	77,5		
Pedro Canário	21.784	77,0	Elevada	
Alfredo Chaves	13.720	74,2		
Divino de São Lourenço	4.906	74,0		
São Domingos do Norte	7.683	73,3		
Marechal Floriano	12.431	73,1		
Marilândia	10.036	72,9		
Vila Pavão	8.338	72,3		
Brejetuba	11.906	71,9		
Vila Valério	13.948	71,7		
Rio Novo do Sul	11.421	71,6		
Jaguare	19.840	71,6		
Águia Branca	9.572	70,9		
Anchieta	19.640	70,4		
Muqui	13.638	70,0		
Dores do Rio Preto	6.278	69,7		
Ponto Belo	6.305	69,3		
Santa Leopoldina	12.618	69,1		
Itapemirim	28.904	69,0		
São Roque do Canaã	10.496	68,7		
Rio Bananal	16.389	68,5		
Irupi	10.457	68,3		
Laranja da Terra	10.971	67,8		Média alta
Conceição do Castelo	10.909	67,6		
Muniz Freire	19.629	66,9		
Iconha	11.657	66,8		
Baixo Guandu	27.867	66,4		
Jerônimo Monteiro	10.352	66,3		
Itarana	11.544	66,0		
Venda Nova do Imigrante	16.660	65,4		
Água Doce do Norte	12.846	65,3		
Ecoporanga	23.839	65,1		
Mantenópolis	11.728	64,8		
Santa Maria de Jetibá	29.423	64,1		

Continua

Tabela 28 - Ranking da dependência das principais transferências (FPM, ICMS), segundo municípios do estado do Espírito Santo - 2001

Em %
Continuação

Município	População em 2001	FPM+ICMS / receita corrente	Padrão de dependência
Vargem Alta	17.895	64,0	Média alta
Mimoso do Sul	26.395	63,9	
Atílio Vivacqua	8.524	63,9	
Alegre	31.878	63,5	
Ibatiba	19.654	63,2	
Alto Rio Novo	6.886	63,0	
Pinheiros	21.305	62,9	
Afonso Cláudio	32.464	62,8	
Apiacá	7.688	62,8	
Sooretama	18.772	62,8	
Montanha	17.134	62,5	
Barra de São Francisco	37.784	61,7	
Iúna	26.495	61,1	
Itaguaçu	14.622	61,1	
Bom Jesus do Norte	9.383	59,9	
Aracruz	65.859	59,3	
Domingos Martins	31.122	58,5	Média
Conceição da Barra	26.743	58,1	
João Neiva	15.521	58,1	
São José do Calçado	10.515	58,1	
Colatina	104.702	57,4	
Nova Venécia	43.434	56,9	
Marataízes	31.157	56,4	
Piúma	15.656	55,2	
Castelo	33.134	55,1	
Fundão	13.314	54,6	
Somatório Estado	3.155.016	54,1	
Presidente Kennedy	9.562	53,7	Média
Serra	334.840	53,1	
Ibiraçu	10.226	52,9	
Santa Teresa	20.743	52,6	
Guaçuí	25.741	52,0	
Viana	54.539	51,9	
Cachoeiro de Itapemirim	178.013	51,5	
Linhares	114.332	49,2	
São Mateus	92.403	48,0	Média baixa
Vitória	296.012	45,8	
Cariacica	329.918	44,7	
Vila Velha	355.739	42,6	

Continua

Tabela 28 - Ranking da dependência das principais transferências (FPM, ICMS), segundo municípios do estado do Espírito Santo - 2001

Em %
Conclusão

Município	População em 2001	FPM+ICMS / receita corrente	Padrão de dependência
Guarapari	91.469	30,3	Baixa

Banco de Dados IPES

Fonte dos dados: Balanços Municipais - Tribunal de Contas

Tabela 29 - Ranking da participação da receita própria na receita corrente, segundo municípios do estado do Espírito Santo - 2001

Em R\$ 1,00

Município	Receita própria	Receita corrente	População em 2001	Participação da Receita própria na receita corrente	Suficiência fiscal
Guarapari	14.843.041	38.642.545	91.469	38,4	Altíssima
Vitória	108.957.116	359.337.461	296.012	30,3	Alta
Vila Velha	35.804.329	120.781.766	355.739	29,6	
Ibiraçu	1.733.166	6.755.472	10.226	25,7	Elevada
Cariacica	16.730.678	79.290.536	329.918	21,1	
Linhares	13.043.468	62.356.838	114.332	20,9	
Serra	34.181.796	169.740.976	334.840	20,1	
Marataízes	1.925.842	10.112.139	31.157	19,0	Média
Cachoeiro de Itapemirim	14.192.375	74.710.559	178.013	19,0	
Somatório Estado	301.270.187	1.690.665.632	3.155.016	17,8	
Mimoso do Sul	2.130.493	12.874.567	26.395	16,5	Média
São Mateus	5.592.362	36.548.141	92.403	15,3	
Pinheiros	1.548.238	10.274.868	21.305	15,1	
Piúma	1.098.633	7.511.572	15.656	14,6	
Domingos Martins	2.426.229	17.183.444	31.122	14,1	Média baixa
Castelo	2.489.944	18.049.738	33.134	13,8	
Anchieta	2.817.971	22.466.411	19.640	12,5	
Muqui	842.722	6.740.141	13.638	12,5	
Colatina	4.825.963	41.671.903	104.702	11,6	
Aracruz	8.605.570	75.327.264	65.859	11,4	
Guaçuí	1.337.553	11.775.630	25.741	11,4	
Fundão	929.924	8.359.365	13.314	11,1	
Conceição da Barra	1.582.213	15.276.919	26.743	10,4	
Alegre	1.269.030	12.983.054	31.878	9,8	
Viana	2.398.642	24.630.382	54.539	9,7	
João Neiva	824.803	9.567.406	15.521	8,6	
São Gabriel da Palha	829.970	9.666.990	26.916	8,6	
Sooretama	713.957	9.269.799	18.772	7,7	

Continua

Tabela 29 - Ranking da participação da receita própria na receita corrente, segundo municípios do estado do Espírito Santo - 2001

Em R\$ 1,00
Continuação

Município	Receita própria	Receita corrente	População em 2001	Participação da receita própria na receita corrente	Suficiência fiscal
Itarana	484.473	6.397.174	11.544	7,6	Média baixa
São José do Calçado	523.272	7.217.585	10.515	7,2	
Presidente Kennedy	500.288	6.971.595	9.562	7,2	
Baixo Guandu	1.234.544	19.183.471	27.867	6,4	
Marechal Floriano	568.697	8.953.197	12.431	6,4	
Barra de São Francisco	944.084	15.227.445	37.784	6,2	
Venda Nova do Imigrante	618.928	10.068.746	16.660	6,1	
Atílio Vivacqua	366.745	6.274.844	8.524	5,8	
Pedro Canário	415.616	7.167.549	21.784	5,8	
Alfredo Chaves	375.774	6.549.537	13.720	5,7	
Itaguaçu	407.509	7.168.520	14.622	5,7	
Itapemirim	659.966	11.890.437	28.904	5,6	
Nova Venécia	1.172.832	21.185.101	43.434	5,5	
Afonso Cláudio	788.492	14.355.662	32.464	5,5	
Muniz Freire	502.086	9.172.284	19.629	5,5	
Montanha	423.933	8.461.787	17.134	5,0	
Santa Teresa	727.894	14.645.086	20.743	5,0	
Boa Esperança	318.707	6.488.273	13.752	4,9	
Jaguaré	534.052	11.361.699	19.840	4,7	Baixa
Bom Jesus do Norte	241.156	5.245.685	9.383	4,6	
Vila Valério	368.016	8.257.443	13.948	4,5	
Rio Novo do Sul	212.891	4.848.823	11.421	4,4	
Dores do Rio Preto	155.257	3.744.621	6.278	4,1	
Iconha	254.559	6.251.525	11.657	4,1	
Vila Pavão	166.435	4.245.940	8.338	3,9	
Ibitirama	149.704	4.197.241	9.281	3,6	
Apiacá	167.161	4.776.225	7.688	3,5	
Vargem Alta	331.788	10.404.477	17.895	3,2	
Divino de São Lourenço	109.301	3.442.678	4.906	3,2	
Ponto Belo	123.164	4.001.033	6.305	3,1	
Íluna	397.468	13.205.612	26.495	3,0	
São Domingos do Norte	118.070	3.970.277	7.683	3,0	
São Roque do Canaã	167.208	5.630.986	10.496	3,0	
Laranja da Terra	156.818	5.735.165	10.971	2,7	
Ecoporanga	370.521	13.655.834	23.839	2,7	
Água Doce do Norte	190.664	7.058.164	12.846	2,7	

Continua

Tabela 29 - Ranking da participação da receita própria na receita corrente, segundo municípios do estado do Espírito Santo - 2001

Em R\$ 1,00
Conclusão

Município	Receita própria	Receita corrente	População em 2001	Participação da receita própria na receita corrente	Suficiência fiscal
Rio Bananal	267.840	10.598.291	16.389	2,5	Baixa
Santa Leopoldina	198.198	7.928.414	12.618	2,5	
Marilândia	144.324	5.895.203	10.036	2,4	
Conceição do Castelo	153.307	6.330.492	10.909	2,4	
Águia Branca	150.544	6.431.666	9.572	2,3	
Mucurici	104.322	4.505.343	6.022	2,3	
Santa Maria de Jetibá	356.087	15.476.985	29.423	2,3	
Pancas	211.434	9.474.047	20.318	2,2	
Mantenedópolis	149.307	7.187.908	11.728	2,1	
Irupi	130.575	6.728.067	10.457	1,9	
Governador Lindenberg	74.122	3.984.211	9.419	1,9	
Ibatiba	167.767	9.883.409	19.654	1,7	
Brejetuba	113.297	7.378.191	11.906	1,5	
Jerônimo Monteiro	73.741	4.900.103	10.352	1,5	
Alto Rio Novo	51.220	4.645.692	6.886	1,1	

Banco de Dados IPES

Fonte dos dados: Balanços Municipais - Tribunal de Contas

8.2 Adequação aos critérios definidos na Lei Complementar nº 146/99

A análise dos parâmetros estabelecidos na Lei complementar nº 146/99 para o distrito de Aracê, resumida no quadro a seguir, demonstra que dos seis critérios definidos por lei para emancipação de municípios, o distrito de Aracê atende a apenas dois: número de eleitores e continuidade territorial.

Os critérios mais importantes quanto à dinâmica do futuro município não são atendidos, conforme demonstrados a seguir.

Quadro 1 – Parâmetros a serem cumpridos para emancipação do distrito de Aracê

Crítérios	Situação do distrito de Aracê	Fonte da informação	Condição de adequação para emancipação
1- População superior a 10.000 habitantes	7.221 hab em 2000 7.424 hab estimados para 2003	IBGE. Censo 2000 IPES	1 -NÃO
2- Eleitorado não inferior a 5.000	5.278 eleitores em 2003	TRE	2-SIM
3 - Centros urbanos constituídos com número de casas superior a 400	246 unidades construídas (entre domicílios, comércio e outros) constantes do cadastro municipal em 2003, no núcleo urbano de Pedra Azul, maior aglomerado urbano do distrito. 172 domicílios registrados pelo Censo de 2000 na área urbana total do Distrito de Aracê e 83 registrados pelo censo de 1991. 219 domicílios estimados para 2003	PMDM IBGE. Censo 2000 IPES	3-NÃO
4 - Renda igual ou superior a 3,0 milésimos da receita estadual de impostos do último exercício sem que a área remanescente tenha perda superior a 35% de sua arrecadação	Receita Estadual de Impostos em 2002: R\$2.364.263.665 de ICMS Três milésimos da Receita Estadual de Impostos: R\$ 7.092.791, seria aproximadamente de R\$ 7.272.798 incluindo IPVA e ITCB Receita Corrente: estimativa para cima: R\$5.335.673 Estimativa para baixo: R\$4.440.992	Cálculo do Ipes a partir de dados da Sefaz e Siafi Cálculo do Ipes, a partir de dados da Sefaz	4- NÃO
5 - Condições apropriadas, na sede do futuro município, para instalação da prefeitura, da câmara municipal e dos órgãos indispensáveis ao bem-estar da comunidade.	Descrita no item 3 deste documento	Ipes	5- critério não avaliado por ausência de parâmetros objetivos.
6 – Não interrupção da continuidade territorial do município de origem.	Descrição em mapa constante deste documento a ser publicado	Ipes	6- SIM

O cálculo e a estimativa desses parâmetros foram baseados em dados históricos e tendências analisadas para o município, distrito e região onde se inserem, conforme descritos a seguir:

8.2.1 Critério: População

O IBGE só publica dados da população dos distritos para anos de realização de censo. O Ipes estimou a população de Aracê para 2003 com base na taxa de crescimento médio anual do período 1991 a 2000. Se mantida essa tendência, a população de Aracê só chegará a 10 mil habitantes no ano de 2036. Podemos considerar hipóteses de mudanças radicais do padrão demográfico verificado nos últimos anos para esse distrito. A primeira é a de que todos os 1.288 lotes disponibilizados pelos 15 condomínios aprovados no período de 1995 a 2002 sejam edificadas e ocupadas por moradores com número médio de componentes igual à média dos domicílios urbanos, com renda domiciliar mensal acima de 3 salários mínimos. Isso equivaleria a $1.288 \times 2,9 = 3.735$ novos habitantes para o distrito nos próximos anos, passando sua população para aproximadamente 11 mil habitantes, com plena ocupação dos loteamentos já aprovados. Acontece que dificilmente esses loteamentos se transformarão em moradia de seus proprietários. Servirão antes como residência de lazer. Assim, essa população não será considerada residente no local, conforme exigência legal para criação de município – população *residente* mínima de 10 mil habitantes. Esse elevado número de novas residências de lazer com certeza produzirá demandas por serviços, especialmente serviços domésticos e de manutenção dos condomínios. Esta, sim, será a hipótese mais provável, segundo a qual a ocupação desses loteamentos poderá contribuir para um aumento em ritmo acelerado do pequeno núcleo urbano do distrito. Entretanto, por mais acelerado que seja esse crescimento urbano em função da expectativa de emprego, não existe um horizonte próximo de alcance de 10 mil habitantes para o distrito. Por exemplo: o município que mais cresceu na década de 90 foi Piúma, a 5,28% a.a. Diminuiu sua taxa para 3,67% a.a. no período de 2000 a 2003 e continua apresentando a maior taxa de crescimento populacional do estado. Suponhamos, então, que Aracê cresça a essas taxas. Sua população alcançaria 10.000 habitantes em 2009 ou 2012, com 5,28 ou 3,67% a.a., conforme hipótese de crescer ao ritmo da mais elevada taxa de crescimento dos municípios do Espírito Santo na década de 90 e do período de 2000.

8.2.2 Critério: eleitorado

O distrito de Aracê possui 5.278 eleitores cadastrados no TRE e 4.989 habitantes com mais de 16 anos. Isso, provavelmente, indica emigrantes do município para outras regiões do estado ou para outros distritos do próprio município que não transferiram o título, fato relativamente comum, que poderá levar a recadastramento por ocasião de um eventual processo emancipatório.

8.2.3 Critério: centro urbano

Embora a taxa de crescimento das edificações urbanas esteja muito alta, o distrito ainda não apresenta número de domicílios suficiente para atender a exigência legal. Segundo cadastro da Prefeitura Municipal de Domingos Martins, existem 246 unidades urbanas construídas na área delimitada pelo perímetro urbano do distrito

de Aracê, estabelecimentos comerciais e para outros fins. O IBGE registrou 219 domicílios na área urbana do distrito para o ano de 2000.

Na década de 90 o número de domicílios urbanos do distrito cresceu a 8,43% a.a. Projeções apontam apenas para o ano de 2009 o atendimento da exigência de número mínimo de casas superior a 400, considerando um crescimento de 12% a.a. do número de domicílios, bem acima do verificado na década de 90.

Tabela 30 - Número de domicílios segundo espécie e situação no distrito de Aracê - 1991/2000

Espécie	Situação de domicílio				Total	
	Urbana		Rural		1991	2000
	1991	2000	1991	2000		
Unidade de habitação em domicílio coletivo	-	-	-	1	-	1
Unidades de habitação em domicílios coletivos	-	-	16	-	16	-
Particular improvisado	-	-	6	3	6	3
Particular permanente	83	172	1.335	1.638	1.418	1.810
Total	83	172	1.357	1.642	1.440	1.814

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1991 e 2000

8.2.4 Critério: valor da receita municipal

A receita mínima do futuro município para justificar a emancipação deve atingir o mínimo de três milésimos da receita total de impostos do governo estadual. Para o ano de 2002, esse corte atinge o valor de R\$ 7.705.204,50. Em nenhuma das simulações de receita, descritas abaixo, o distrito de Aracê atingiria esse mínimo necessário.

Simulação da receita para Aracê em 2002:

- Transferências

FPM – Para o cálculo desta transferência considerou-se valor arredondado para cima, do mínimo definido pelo coeficiente de 0,6 para municípios com menos de 10.188 habitantes.

Em 2002, segundo dados do Siafi fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, vários conjuntos de municípios com menos de 10.188 habitantes receberam valores de R\$1.620.554,22 a R\$2.163.906,74. Considerou-se que Aracê estaria nesse conjunto de maior valor, ou seja, uma estimativa para cima de R\$2.163.906,74.

ICMS

IPM de 0,1477% estimado pela Sefaz.

Receita de impostos do Governo estadual em 2002 = R\$ 2.568.401.499,76.

$0,001477 * (0,25 * 2.364.263.665,41) = \text{R\$ } 873.004,36$

>Valor da Receita de Transferências (FPM + ICMS)= R\$ 3.036.911,10

- **Grau de dependência de transferências intergovernamentais:**

Intervalo verificado para o conjunto dos municípios em 2001:

para o conjunto dos municípios do Espírito Santo verificam-se graus de dependência dessas duas transferências, que variam de 30% a 87% de sua receita total. Na média, somatório do conjunto dos municípios, a dependência é de 54%.

Hipóteses para Aracê:

Igual à média dos municípios do estado: 54,1%

>Receita Corrente Estimada= R\$ 5.613.514,00

Valor aproximado ao apresentado pelos municípios da microrregião

Sudoeste Serrana: 65%

>Receita Corrente Estimada= R\$ 4.672.171,00

8.2.5 Critério: infra-estrutura de instalação do município

Não foi avaliado, em função da falta de clareza do texto legal em relação ao termo “condições apropriadas” para instalação de infra-estrutura pública do novo município.

8.2.6 Critério: continuidade territorial

Não existirá interrupção territorial do novo município nem do município de origem.

ANEXO 1 – MAPAS
